



# Anais da Assembleia

Nº 132

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 14 DE OUTUBRO DE 1991

ANO XVII

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA  
ATA DA 106ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 14 DE OUTUBRO DE 1991

(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Heinz Herwig, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Klury, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Albino Corazza, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Cezar Silvestri, Colombino Grassano, Dirceu Manfrinato, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Elío Rusch, Emília Belinati, Erondy Silvério, Ernani Pudell, Eurides Moura, Geraldo Cartário, Tadeu Lúcio Machado, João Preis, José Tavares, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Nilton César, Orlando Pessuti, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Rafael Greca de Macedo, Renato Adur, Severino Félix e Toti Colaço (40). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Arlindo Troian, Basílio Zamusso, Costenaro Neto, Dobrandino da Silva, Durval Amaral, José Alves, José Artur Ritti, Luiz Antonio Setti, Mário Bezerra, Nelson Garcia, Plauto Miró Guimarães e Rossoni (12). Achando-se em licença os seguintes Senhores Deputados: Algaci Túlio e José Afonso Júnior (02).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O .

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM Nº 82/91

Curitiba, 30 de setembro de 1991.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de vir à presença de Vossa Excelência para, em conformidade com o preceito contido no art. 54, inciso XI, da Constituição Estadual, solicitar autorização dessa Augusta Assembleia Legislativa, para meus eventuais afastamentos do País, que, no interesse da Administração venham a ser necessários, com destino ao Paraguai, Argentina e Uruguai, países esses que, com o Brasil, integram o Mercado Comum do Sul - MERCOSUL.

Tal autorização poderia permitir os afastamentos que se verificarem até 31 de dezembro de 1994, fazendo-se, de cada um, prévia e expressa comunicação a essa Casa de Leis.

A presente solicitação justifica-se, Senhor Presidente, pelo fato de que o Estado do Paraná, em razão de sua situação geográfica limítrofe a dois daqueles mencionados países, terá, por certo, importante posicionamento e marcante presença no desenvolvimento do citado MERCOSUL, o que possivelmente poderá exigir freqüentes deslocamentos do Chefe do Poder Executivo àqueles países, para o trato de assuntos ligados aos superiores interesses da Administração Estadual.

Certo de que a presente solicitação merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente autorização, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO  
Governador do Estado

A Diretoria Legislativa.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Pela aprovação do parecer oral, pela aprovação, oferecido pelo Deputado Durval Amaral. Parecer FAVORÁVEL.

Sala das Comissões, em 08.10.91.

(aa) ASSINATURAS ILEGÍVEIS

MENSAGEM Nº 93/91

Curitiba, 09 de outubro de 1991.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de Lei que, nos termos do art. 10, da Constituição Estadual, objetiva autorizar o Poder Executivo a doar à Associação dos Meninos de Curitiba - ASSOMA, entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública pela Lei Estadual nº 8656, de 9 de dezembro de 1987, os imóveis que relaciona, situados no município de Curitiba.

O Plano de Lei ora submetido à apre-

ciação dessa Augusta Casa é altamente significativo e consulta plenamente aos superiores interesses da Administração e da Comunidade, tendo em vista que, nos referidos imóveis a Associação dos Meninos de Curitiba irá, conforme Projeto ASSOMA / FAMÍLIAS CARENTES, edificar residências com vistas à integração da criança de rua à sociedade, atendendo inicialmente mais de cem crianças, para cujas edificações a ASSOMA já conta com recursos advindos de financiamento aprovado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.

Vale ressaltar que o anteprojeto de lei em pauta contém dispositivos expressos no sentido de que os imóveis a serem doados serão utilizados pela donatária, exclusivamente na edificação e manutenção das referidas residências, ficando os mesmos gravados com as cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade e, ainda, de automático retorno ao Patrimônio do Estado caso utilizados para finalidades diversas das estabelecidas condições resolutivas essas que deverão constar das respectivas escrituras.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO  
Governador do Estado  
ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Associação dos Meninos de Curitiba - ASSOMA, os lotes de terreno abaixo relacionados, situados no Município de Curitiba:

A) imóvel constituído pelo lote nº 16, da Planta Santa Maria, sito no arrabalde do Boqueirão, hoje Bairro do Uberaba, com área total de 630m<sup>2</sup>, sem benfeitorias, medindo 14,00m de frente para a Rua Tenente Antonio Miranda Marques, por 45,00m de fundos em ambos os lados, e 14,00m na linha dos fundos, cadastrado na Prefeitura Municipal de Curitiba, com indicação fiscal nº 88.068.016.000-6, e de propriedade do Estado do Paraná, conforme o que consta na transcrição nº 6431, do Livro 3-B, do Cartório de Registro de Imóveis da 3ª Circunscrição Imobiliária da Comarca de Curitiba;

B) imóvel constituído pelo lote nº 0-6, da subdivisão os lotes N e O, da Planta do Imóvel Santo Antonio do Taramã, sito no Bairro do Taramã, com área de 5.000,00m<sup>2</sup>, sem benfeitorias, medindo 50,00m de frente para a Rua Projetada, por 100,00m de fundos em ambos os lados, e 50,00m na linha de fundos, cadastrado na Prefeitura Municipal de Curitiba, com in-

dicação fiscal nº 38175017000-8, parte de área maior, de propriedade do Estado do Paraná, conforme o que consta na transcrição nº 12.326, do Livro 3-H, do Cartório de Registro de Imóveis da 2ª Circunscrição Imobiliária da Comarca de Curitiba;

C) imóvel constituído por parte do lote designado pela letra "X", da Planta de Subdivisão de área maior, situado no Bairro do Portão, com área de 1.122,00m<sup>2</sup>, sem benfeitorias, medindo 33,00m de frente para a Rua Tabajaras, fazendo esquina com a Rua Brasília Ovídio da Costa, onde mede 34,00m, cadastrado na Prefeitura Municipal de Curitiba, com indicação fiscal nº 43.101.024.000, parte de área maior, de propriedade do Estado do Paraná, conforme o que consta na transcrição nº 9128, do Livro 3-E, do Cartório de Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição Imobiliária da Comarca de Curitiba;

D) imóvel constituído pelo lote de Terreno nº 12, da quadra nº 84, da Planta Fanny nº 4, situada na Estrada Federal Curitiba - Rio Negro, no Bairro Hauer, com área de 480,00m<sup>2</sup>, com área edificada de 132,00 m<sup>2</sup>, medindo o lote 12,00m de frente para a Rua Prof. João Barcelos, por 40,00m de fundos em ambos os lados, e 12,00m na linha de fundos, cadastrado na Prefeitura Municipal de Curitiba, com indicação fiscal nº 62.105.012.000, de propriedade da Fundação de Ação Social do Paraná - FASPAR, conforme o que consta na matrícula nº 551, do Cartório de Registro de Imóveis da 7ª Circunscrição Imobiliária da Comarca de Curitiba.

Art. 2º - Os imóveis do artigo anterior serão utilizados exclusivamente para a edificação e manutenção de residências destinadas ao Projeto ASSOMA / FAMÍLIAS CARENTES.

Art. 3º - As doações a que se refere a presente Lei ficam gravadas com as cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade, só podendo ser utilizadas para a finalidade constante do Art. 2º desta Lei, retornando automaticamente ao Patrimônio do Estado, caso aquela Associação deixe de existir, ou seja desvirtuado o uso daqueles imóveis, sem direito a futuro ressarcimento, não podendo, também, serem cedidos a qualquer título a terceiros.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MENSAGEM Nº 094/91

Curitiba, 09 de outubro de 1991.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a essa egrégia Assembléia Legislativa que, dando

cumprimento ao disposto no Art. 30 da Lei Estadual n° 9.407 de 19 de outubro de 1990 e no art.5 da Lei Estadual n° 9.494 de 21 de dezembro de 1990 e seus parágrafos 1° e 2°, o Poder Executivo procedeu a terceira correção dos recursos dos Orçamentos Fiscal, Próprio da Administração Indireta e da Programação Orçamentária Global das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista, através do Decreto n° 777 de 07 de outubro de 1991.

Para esta correção foi utilizado o Índice Geral de Preços - IGP da Fundação Getúlio Vargas em virtude da indisponibilidade dos índices do IBGE. A previsão deste índice acumulado nos meses de julho a setembro atingiu 45,95%, permitindo correção dos orçamentos em 40%.

Assim sendo a Receita estimada deverá atingir com esta correção os montantes destacados a seguir:

	Em Cr\$ 1,00
1) Receitas de Recolhimento centralizado	809.028.537.000
2) Receitas Próprias de Recolhimento Descentralizado das Autarquias e Órgãos de Regime Especial (exclusive transferências do Tesouro Estadual).	272.544.021.000
3) Receitas Próprias de Recolhimento Descentralizados das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista (ex-	

clusive transferências Tesouro Nacional). 858.660.958.000

4) Total das Receitas 1.940.233.490.000

Com a terceira correção, em 40%, e considerando os créditos suplementares por lei, os Orçamentos aprovados pela Lei Estadual n° 9.494 de 21 de dezembro de 1990 atingiram os seguintes montantes:

1) Orçamento Fiscal	809.028.537.000
2) Orçamento Próprio da Administração Indireta (Compreendendo as Receitas Próprias e as Transferências do Estado).	522.935.712.000
3) Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista (Integrando a Programação Orçamentária Global destas empresas compreendendo as Receitas Próprias e as Transferências do Estado que atingiu o valor de Cr\$ 929.138.031.000,00)	294.914.740.000

O Orçamento Fiscal com a terceira correção, incorporando os créditos suplementares aprovados por lei, fixa para os Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo e para o Ministério Público os montantes apresentados a seguir:

ESPECIFICAÇÃO	DESPESAS CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL	Em Cr\$ 1,00 TOTAL
Poder Legislativo	19.272.921.000	837.094.000	20.110.015.000
Poder Judiciário	33.127.041.000	5.361.591.000	38.488.632.000
Poder Executivo	506.719.522.000	228.060.142.000	734.779.664.000
Ministério Público	15.494.748.000	155.478.000	15.650.226.000
T O T A L	574.614.232.000	234.414.305.000	809.028.537.000

Com a terceira correção automática foi possível trazer os orçamentos a preços mais realistas permitindo a execução da programação da Lei Orçamentária Anual.

Valho-me da oportunidade para reiterar a Vossas Excelências as expressões de minha mais alta consideração

(a) ROBERTO REQUIÃO  
Governador do Estado

Curitiba, 09 de outubro de 1991.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que, nos termos do art. 10, da Constituição Estadual, objetiva autorizar o Poder Executivo a ceder, em caráter de utilização gratuita, a Companhia Paranaense de Energia - COPEL, o imóvel de propriedade do Estado do Paraná, situado na sede do Município de Inajá, na

confluência das ruas Santo Antonio com Tiradentes, contendo edificação com 165,35m<sup>2</sup>, matriculado sob n° 1.679, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Paranacity.

O Plano de Lei ora submetido à apreciação dessa Augusta Casa consulta plenamente aos superiores interesses públicos, tendo em vista que o imóvel cuja cessão de uso constitui objeto desta proposta, será utilizado pela Companhia Paranaense - COPEL, na instalação de sua agência no Município de Inajá, trazendo, assim, sensíveis benefícios aos munícipes quando do trato de assuntos junto àquela Companhia.

O Projeto de Lei em causa contém dispositivos no sentido de que tal cessão vigorará até 31 de dezembro de 1.994, prorrogável por 4 (quatro) anos, mediante consenso entre as partes e que tornar-se-á automaticamente sem efeito caso o referido imóvel seja utilizado para finalidades diversas daquelas previstas ou transferido a terceiros.

Certo de que a medida merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO  
Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1° - Por força do art. 10, da Constituição Estadual, fica o Poder Executivo autorizado a ceder, em caráter de utilização gratuita, à Companhia Paranaense de Energia - COPEL, o imóvel de propriedade do Estado do Paraná, situado na sede do Município de Inajá, na confluência das ruas Santo Antônio com Tiradentes, contendo edificação com 165,35m<sup>2</sup>, matriculado sob n° 1.679, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Paranacity.

Art. 2° - O imóvel de que trata o artigo anterior será exclusivamente destinado a abrigar a Agência da COPEL em Inajá, não podendo ser utilizado para outros fins, nem transferido a terceiros, sob pena de automático cancelamento da cessão, ficando a cessionária responsável pela guarda, proteção e conservação do bem cedido.

Parágrafo Único - A cessão de que trata esta lei vigorará até 31 de dezembro de 1994, podendo ser prorrogada por 4 (quatro) anos, mediante consenso entre as partes.

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

#### MENSAGEM 96/91

Curitiba, 09 de outubro de 1991.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo, nos termos do artigo 10 da Constituição Estadual, ceder em caráter de utilização gratuita, à Prefeitura de Marilena, o imóvel de propriedade do Estado, constituído pelos lotes urbanos n°s 13 e 14, quadra 44, da Planta Geral da Cidade de Marilena, com área de 1.200m<sup>2</sup>, matriculados sob n° 2.679, Livro 02, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Nova Londrina.

Cabe ressaltar que na referida área existe uma construção em madeira, a qual sediava a antiga Agência de Rendas daquela localidade, desativada através da Resolução n° 259/88, da Secretaria de Finanças, a qual manifestou-se em não possuir interesse sobre a mesma, não havendo previsão para a sua futura utilização e, conseqüentemente, nada tendo a opor quanto à pretendida cedência.

O presente plano de lei consulta plenamente aos interesses públicos uma vez que, além de atender as necessidades emergenciais da localidade de Marilena permitindo a instalação de órgãos de sua administração municipal naquele prédio, evita ainda a depredação do mesmo, pelo fato de encontrar-se desativado e sem ocupação.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO  
Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a ceder, em caráter de utilização gratuita, à Prefeitura Municipal de Marilena, o imóvel de propriedade do Estado, constituído dos lotes urbanos de n°s 13 e 14, da quadra 44, da Planta Oficial daquela Municipalidade, com área de 1.200 m<sup>2</sup>, objeto da Matrícula n° 2.679, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Nova Londrina, contendo uma construção em madeira, que sediava a Agência de Rendas de Marilena, desativada através de Resolução n° 258/88 - SEFA.

Art. 2° - O imóvel de que trata o art. 1° desta Lei será destinado especificamente para abrigar órgãos públicos do Município de Marilena, não podendo ser utilizado para outros fins, nem transferido a terceiros, sob pena de cancelamento automático da cessão, ficando a cessionária res-

ponsável pela guarda, proteção e conservação do bem cedido, sem ônus para o Estado.

Parágrafo Único - A cessão de que trata esta lei vigorará até 31 de dezembro de 1994, podendo ser prorrogada por 4 (quatro) anos, mediante consenso entre as partes.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MENSAGEM Nº 97/91

Curitiba, 10 de outubro de 1991.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto que objetiva autorizar o Poder Executivo a reduzir a carga tributária do ICMS em relação às operações internas com mercadorias da cesta básica paranaense. Visa, ainda, incluir no inciso I, art. 23, da Lei nº 8.933, de 26 de janeiro de 1989, na alíquota ali estabelecida, as operações que menciona.

A medida ora proposta a essa augusta Casa de Leis, pelo seu alto significativo e elevado interesse público, ressalta como plenamente justa e oportuna, pois a redução da carga tributária nos produtos da cesta básica, virá sem qualquer sombra de dúvida, beneficiar toda a comunidade paranaense, mormente os cidadãos de poucos recursos de sobrevivência.

Apresentando maior detalhamento quanto aos aspectos técnicos e jurídicos da proposição ora formulada, são anexadas cópias autênticas do Ofício nº 467/91, da Secretaria de Estado da Fazenda, assim como da Exposição de Motivos dele constante.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO  
Governador do Estado.

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - É autorizado o Poder Executivo a reduzir a carga tributária do ICMS em relação às operações internas com mercadorias da cesta básica paranaense, indicadas em decreto.

§ 1º - A redução não poderá ser inferior à menor alíquota prevista para as operações interestaduais (art. 155, § 2º, item IV, da Constituição Federal).

§ 2º - A redução poderá ser dada nas fases inicial, intermediária ou final da circulação de mercadorias, ou abranger todas elas.

§ 3º - As mercadorias da cesta básica, que gozem de isenção do ICMS por força de convênio do Conselho de Política Fazen-

dária, continuarão a usufruir do benefício fiscal até a sua revogação.

Art. 2º - Ficam incluídas no inciso I do art. 23 da Lei nº 8.933, de 26 de janeiro de 1989 - alíquota de 25%, as operações com gasolina e álcool anidro e hidrato para fins combustíveis e as prestações dos serviços de telefonia.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 31 de dezembro de 1991.

OFÍCIO Nº 467/91-GAB

Curitiba, 10 de outubro de 1991.  
Senhor Governador.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência o anteprojeto de lei que autoriza a redução da carga tributária de produtos componentes da cesta básica, bem como aumenta a alíquota do ICMS sobre as operações com álcool, gasolina e serviços de telefonia.

Mencionada minuta segue acompanhada de justificativa de ordem econômica, por meio da qual se percebe as razões que levam esta Secretaria a propor a formalização em texto legal.

Cabe-me, no entanto, enfatizar que a proposta, no que pertine à diminuição da carga tributária, é flexível e obedece aos lindes constitucionais. Daí por que o seu art. 1º é concebido de forma autorizativa e o seu parágrafo 1º indica que a redução da carga tributária tem como limite a atual alíquota de 7%, que é a menor praticada em operações interestaduais. E pelo dispositivo constitucional indicado, o Estado não pode praticar alíquotas inferiores às estipuladas para operações interestaduais. Todavia, optou-se por não incluir o teto mínimo de 7% porque o Senado Federal pode, a qualquer momento, alterar tal marco.

Os parágrafos 2º e 3º têm efeito de fixar o alcance da autorização e mostrar que os produtos hortifrutigranjeiros, hoje isentos do ICMS por força de convênios do Conselho de Política Fazendária, continuarão dessa forma até a sua revogação. Mas, nessa hipótese, haveria autorização de logo para que tais mercadorias tivessem sua carga tributária ao nível da menor alíquota constitucionalmente possível.

A idéia de majorar a alíquota da gasolina, do álcool e dos serviços de telefone tem por suporte a necessidade de o Estado compensar a receita que perderá com a diminuição do imposto sobre produto da cesta básica. Aliás, o demonstrativo anexo é claro ao mostrar que a compensação é quase total.

Finalmente, pretende-se que a Lei entre em vigor dia 1º de janeiro de 1992.



Para evitar problemas jurídicos ocasionados no passado, põe-se a vigência a partir de 31 de dezembro deste ano, com o que estará atendido sem questionamentos o princípio constitucional da anterioridade.

Ao ensejo, renovo a Vossa Excelência os protestos de estima e respeito.

(a) HERON ARZUA

Secretário de Estado da Fazenda

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA  
COORDENAÇÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS AO ANTEPROJETO DE  
LEI QUE ALTERA A LEI N° 8.933, de 26.01.89

O principal motivo do encaminhamento do Projeto de Lei reside na necessidade de adotar medidas que propiciem um clima favorável à redução de custos e preços de produtos essenciais, sujeitos a sucessiva retração no consumo nos anos recentes, apesar do aumento da população. As principais causas da retração no consumo são a baixa produção agropecuária, reflexo da falta de uma política agrícola consistente (a participação do setor no PIB caiu de 14% em 1980 para 8% em 1990), e queda no poder de compra do brasileiro (a renda per capita caiu 6,5% em 1990 sobre 1989).

O Governo Federal tem dado sinais e adotado algumas medidas práticas (crédito agrícola) que indicam para a recuperação do setor agropecuário como premissa para qualquer planejamento que contemple a possibilidade de retorno ao crescimento econômico. Tendo em vista ainda que tem sido sistematicamente veiculado em discurso para redução da carga tributária, sendo um dos pontos centrais nas discussões de reforma tributária, aliado ao descrédito na condução da política econômica e recessão que implicam em níveis cada vez mais elevados de sonegação, o governo do Estado julga oportuno antecipar-se na redução de ICMS incidente sobre produtos básicos.

A fragmentação da produção e a multiplicidade de canais de comercialização dificultam a administração eficiente do tributo e em decorrência, o controle sanitário pela saúde pública (ex: carnes, laticínios). Assim, o efeito esperado da redução da carga tributária do ponto de vista da melhoria do sistema de comercialização, é a inibição da figura do atravessador e o conseqüente estímulo à expansão do movimento cooperativo, tão necessário à modernização tecnológica e que está limitado porque as cooperativas não podem funcionar na clandestinidade fiscal, além de ficarem expostas a uma concorrência desleal estabelecida pela clandestinidade.

Devido à grande diferença entre a receita potencial e a efetivamente arrecadada, as perdas com a redução da alíquota nos produtos da cesta básica tem implica-

ções que transcendem a mera observação dos resultados matemáticos, explicitados em anexo como mero referencial. A experiência será útil no sentido de obter-se elementos para testar a possibilidade de que a redução da carga tributária nos produtos em questão não implique, necessariamente, em perdas proporcionais na arrecadação. Mais, o Estado deseja testar as afirmativas frequentemente encaminhadas por segmentos representativos do setor produtivo paranaense no sentido de que a redução da tributação pode aumentar a arrecadação. Particularmente, acredita-se que é provável que não houvesse perdas caso fosse procedida uma redução da carga tributária legal e global do país. Nesta hipótese, seria mais seguro que boa parte da economia informal preferisse a via da legalidade.

Adicionalmente, o Governo do Estado não se ilude. Por mais simpática que seja a tese de reduzir impostos que oneram os preços dos alimentos, a sistemática de incidência do ICMS requer uma série de cuidados, de modo a que a redução no tributo não permita o mero aumento na margem de lucro das empresas, em importações de créditos indevidos de outros Estados; em dificuldades adicionais à ação fiscalizadora. Para isso, o caminho a ser percorrido é cheio de obstáculos, sendo necessária uma certa flexibilidade do executivo para alterar em tempo hábil a legislação ordinária caso a redução da alíquota não beneficie de modo algum o consumidor final.

Ocorre que, dependendo do tipo de produto, do trânsito das mercadorias, do regime tributário incidente nas operações interestaduais ou em outros Estados, características da comercialização, etc, o executivo necessita de alguma flexibilidade para evitar os riscos logo atrás apontados. Disto, decorre o porquê de o artigo 1° do Projeto de Lei prever que: "É autorizado o Poder Executivo reduzir a carga tributária do ICMS..." Deste modo, a Fazenda Pública, explicitando detalhes de segurança só permitidos e desejáveis na legislação complementar, assegurará o regime tributário adequado para a redução da carga tributária prevista em Lei. Fica ainda possível a alteração ágil as perdas revelem-se incontroláveis em virtude de possível elevação nos níveis de sonegação (ex: comercialização de produtos não amparados pela redução do tributo como se estes fossem; importação de créditos indevidos de outros Estados, etc.)

Quanto à questão da transferência ao consumidor final do benefício decorrente da redução da alíquota, é ilustrativa, apesar de objeto de grande controvérsia, a tese defendida pelo tributarista Fernando Rezende, no trabalho: O Peso Imposto no Custo da Alimentação: Análise do Problema

e F. opostas de Redução/ julho de 1991. Lembre-se que Fernando Rezende faz parte da Comissão Consultiva da Proposta de Reforma Fiscal, Decretada pelo Presidente da República.

Segundo ele, dois argumentos são decisivos para demonstrar que, no caso da produção de alimentos, a redução de impostos vai ao encontro dos interesses dos produtores, consumidores e do Governo: 1) a elevada resposta do consumo de alimentos a uma redução do custo de alimentação faz com que os ganhos decorrentes da expansão do mercado sejam mais que proporcionais à redução do preço unitário de venda ao consumidor. Vale dizer, sustentar preços para manter margem de lucro no caso de artigos, de primeira necessidade é incoerente, 2) a redução do imposto para níveis compatíveis contribuirá para a reorganização do sistema de abastecimento, cuja desorganização atual é um dos principais fatores que contribuem para o encarecimento dos produtos e a instabilidade dos preços.

Por outro lado o governo estadual não encontra-se em condições de suportar maiores perdas no nível de arrecadação do ICMS com desempenho real recente insatisfatório em virtudes da recessão, da falta de credibilidade na política econômica (ambos responsáveis por boa parte da elevação nos níveis de sonegação); da redução recente de 17% para 12% na alíquota de ICMS incidente sobre bens de capital, farinha de trigo, massas alimentícias, pães e cuques e refeições industriais, por iniciativa da Assembleia Legislativa, da isenção de ICMS para microempresas; pela retirada do ICMS dos acréscimos financeiros nas vendas a prazo, também por iniciativa da Assembleia.

Neste sentido, a redução da carga tributária incidente na cesta básica implica, necessariamente e em contrapartida, no aumento da alíquota em outros produtos. A escolha possível e viável recaiu na elevação da carga tributária sobre o álcool, a gasolina e os serviços telefônicos, tendo como premissas.

- A Fazenda Pública reconhece que tratam-se dos únicos produtos nos quais a elevação da alíquota tem efeito direto no nível da arrecadação, em virtude da concentração da produção, comercialização e prestação do serviço, sem implicações nas camadas de baixa renda.

- Em decorrência, o setor público reconhece as dificuldades para um controle fiscal eficiente em produtos cuja característica de produção e comercialização é muito pulverizada e nos quais a elevação da alíquota resultaria inócua.

Observe-se que, além do pressuposto de manter o nível atual de arrecadação, o Projeto possui algumas virtudes, entre

elas o aperfeiçoamento do princípio da seletividade do ICMS em função da essencialidade dos produtos conforme preconiza a Constituição Federal, cobrando mais onde o Estado pode arrecadar melhor e de certa forma mais justamente, reduzindo, em contrapartida, a alíquota incidente sobre produtos essenciais e nos quais a ação fiscalizadora resulta dificultada devido a características pulverizadas da produção e comercialização.

Deste modo, a diferenciação de alíquotas estaria atendendo também à possibilidade de manutenção de níveis satisfatórios de arrecadação, concentrando-a em alguns produtos e empresas com resposta altamente elástica e modificação do regime tributário (cobrar mais onde pode-se cobrar melhor), desonerando, em contrapartida, produtos essenciais, microempresas, etc. (cobrar menos nos setores nos quais resulta dificultada a ação fiscalizadora; nos quais o alcance da redução do imposto atende aos requisitos de universalidade, benefícios às camadas de baixa renda e microempreendimentos, nos quais a redução do tributo contempla critérios abrangentes em relação à quantidade de benefícios envolvidos).

Proposta de Alteração nas Alíquotas do ICMS. Tendo como Principais Pressupostos Maior Eficácia na Seletividade do Tributo, Facilitar o Controle Fiscal e Aumentar a Arrecadação.

- Gasolina, álcool e serviços telefônicos: elevação na alíquota sobre operações internas, de 17% para 25%

- Cesta básica: redução na alíquota sobre operações internas, de 12% e 17% (conforme o produto), para até 7% (mesma alíquota sobre operações interestaduais com o NO/NE/CO/ES).

\* arroz, feijão, carnes, leite "in natura" e pasteurizado, farinhas de trigo, milho e mandioca, macarrão, pão, açúcar, café, óleo de soja, margarina e sal refinado de cozinha. Ainda: aves vivas, bovinos, suínos e bubalinos.

- Impacto na Receita do ICMS Decorrentes de Alteração na Alíquota sobre Operações Internas com Gasolina, Álcool, Serviços Telefônicos e Cesta Básica.

GANHO OU PERDA EM % SOBRE	
PRODUTOS	A ARRECADAÇÃO TOTAL DE ICMS
Gasolina	2,07%
Álcool	1,25%
Subtotal	3,32%
Serviço Telefônicos	0,98%
Subtotal	4,30%
Produtos da Cesta Básica	
Agricultura	(0,64%)
Indústria	(2,07%)
Comércio	(1,08%)
Impacto final sobre o ICMS	0,51%

Impacto na receita do ICMS decorrente de alteração na alíquota sobre as operações internas de Gasolina e Alcool Hidratado

	Gasolina (1)	Alcool Hidratado	Total
1) Consumo interno no Paraná - em litros - 1990 - A	786.856.290 (2)	635.190.000 (3)	-
2) Consumo médio mensal - $B = A / 12$	65.571.357	52.932.500	-
3) Consumo médio mensal sem aproveitamento de crédito de ICMS (4) - $C = B \times 0,95$	62.292.789	50.285.875	-
4) Preço médio em julho/91 (5) - Cr\$ - D	126,22	94,72	-
5) Base de Cálculo do ICMS - Cr\$ mil - $E = C \times D$	7.862.596	4.763.078	-
ICMS - Atual - $F = E \times 20,48\%$	1.610.260	975.478	2.585.738
Proposta - $B = E \times 33,33\%$	2.620.603	1.587.534	4.208.137
7) Impacto da Alteração na Alíquota - $H = G - F$	1.010.343	612.056	1.622.399
8) ICMS Total arrecadado em julho - I	-	-	48.931.496
9) Impacto da Alteração na Alíquota da gasolina e álcool no ICMS total do Estado - $J = H / I$	2,06%	1,25%	3,32%

(1) Inclui álcool anidro misturado à gasolina, numa proporção de 13% no ano de 1990; o CNP só dispõe de dados de consumo de combustíveis até 1988. O consumo paranaense de gasolina de 1990 foi estimado pela PETROBRÁS por solicitação da SEFA. Trata-se do consumo aparente no Estado.

(2) Consumo em 1990, corrigido pela tendência histórica de modo a corrigir a queda no consumo no período imediato após o Plano Collor I.

(3) Dados do Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis e Lubrificantes / Rio de Janeiro.

(4) Hipótese de que em 5% do volume consumido ocorre aproveitamento de crédito de ICMS, sobre o qual o acréscimo na alíquota seria neutralizado.

(5) Não inclui ICMS e IVV, preço médio ponderado adequado ao fato gerador do ICMS recolhido em julho, isto é, pondera os preços vigentes de 20 a 30 de junho, mais os vigentes de 1 a 20 de julho, preços estes que serviram de Base de Cálculo para o recolhimento de ICMS de junho (o prazo de pagamento dos combustíveis é de 10 em 10 dias).

Coordenação de Assuntos Econômicos, em 28 de agosto de 1991.

GEDALVA BARATTO  
Assessora Econômica



SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA  
COORDENAÇÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

Impacto na receita do ICMS decorrente de alteração na alíquota sobre as operações internas de Serviços Telefônicos

	TELEPAR	SERCONTEL	TOTAL
1) Situação Atual			
ICMS Recolhido (100%) – Jan. a Jul./91 – Cr\$ mil – A	5,923,837	608,977	6,532,814
(menos) Aproveitamento de Créditos (1) – B	1,184,767	121,795	1,306,562
(igual) ICMS Líquido – C = A – B	4,739,070	487,182	5,226,252
Alíquota	17%	17%	17%
2) Situação Proposta			
Alíquota	25%	25%	25%
ICMS Proposto (100%) – Jan. a Jul./91 – Cr\$ mil – D = (A x 25%) / 17%	8,711,525	895,554	9,607,079
(menos) Aproveitamento de Créditos (1) – E	1,742,305	179,111	1,921,416
(igual) ICMS Líquido – F = D – E	6,969,220	716,443	7,685,663
3) Impacto da alteração da Alíquota – G = D – A	2,230,150	229,261	2,459,411
4) ICMS (100%) Total Estado Arrecadado Jan. a Jul./91 – H	–	–	252,146,125
5) Impacto da Alteração na Alíquota sobre Serviços Telefônicos no ICMS Total do Estado – I = G / H	0,89%	0,09%	0,98%

Fonte: Sistema Reg. M 70-1; TELEPAR; CAEC

1 - 40% dos telefones em serviço da TELEPAR são comerciais, sobre os quais é permitido um aproveitamento de crédito de 50% da conta telefônica, resultando numa hipótese de aproveitamento de créditos de 20% sobre o total do ICMS recolhido pelas companhias telefônicas (40% x 50% = 20%). A TELEPAR não conseguiu separar o faturamento por tipo de usuário.

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA  
COORDENAÇÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

Perdas de ICMS decorrentes de Redução na Tributação sobre Operações Internas da Cesta Básica (1)  
Operações Tributadas em Gr3 (2) – Produtos Primários

Produtos	Alíquotas		ICMS (100%) Jan. a Jul./91 Cr\$ mil		Perdas de ICMS Cr\$ mil	Participação das Perdas no ICMS Total Jan. a Jul./91
	Atual	Proposto	Atual	Proposto		
Arroz	12%	7%	953,885	556,433	397,452	0,16%
Feijão	12%	7%	302,911	176,698	126,213	0,05%
Bovinos	12%	7%	2,609,012	1,521,924	1,087,088	0,43%
Suínos	12%	7%	18,452	10,764	7,688	0,00%
TOTAL	–	–	3,884,260	2,265,819	1,618,441	0,64%

Fonte: Sistema ARRM 14 R1

1 - Cesta básica: açúcar, arroz, café, farinhas de mandioca, milho e trigo, feijão, macarrão, óleo de soja, pão, carnes, margarina, sal refinado de cozinha, leite "in natura" e pasteurizado. Ainda: aves vivas, bovinos, suínos e bubalinos.

2 - No caso do arroz, feijão, carnes, leite, animais vivos, a idéia é reduzir a carga em toda a cadeia das operações internas devido a que são produtos sujeitos a processos produtivos pouco elaborados, isto é, consumido praticamente "in natura"; são produtos cuja destinação final é a alimentação humana, havendo pouca possibilidade ou interesse de servirem de insumos para outros fins. Assim a redução da carga tributária teria como pressuposto o benefício ao consumo humano; como são itens com elevado grau de sonegação, seriam os escolhidos para o Estado "testar" a possibilidade de que a redução da carga tributária não implique necessariamente em redução proporcional na receita do ICMS. Não é possível identificar em GR3 as perdas decorrentes da redução na alíquota de aves. Obs.: No caso do leite não haverá perdas, uma vez que está isento nas operações internas.

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA  
COORDENAÇÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

Perdas de ICMS decorrentes de Redução na Tributação sobre Operações da Cesta Básica (1)  
Operações Internas Tributadas em GR1 - Setor Comércio (2)

Ramos de Atividade	Base de Cálculo		ICMS (100%) Situação Atual				ICMS (100%) Situação Proposta				Perdas de ICMS Cr\$ mil	Participação das Perdas no ICMS Calculado em GR1 + Recolhido em GR3 em 1989
	Saídas p/ o Estado	Entradas do Estado	Alíquota s/ Ent./Salda	Débitos	Créditos	Saldo	Alíquotas Ent./Salda	Débitos	Créditos	Saldo		
41.11 - Mercadorias e Empó- rlos de Prod. Alimentícios e Rações (3)	209.741	162.579	14,5%(7)	30.412	23.574	6.838	7%	14.682	11.381	3.537	0,07%	
Incl. Prod. Alimentícios (4)	993.796	740.350	14,5%(7)	144.100	108.511	35.589	7%	69.566	52.385	17.182	18,407	0,34%
43.11 - Cerealista, Prod. Alimentícios Industriali- zados (3)	505.784	233.844	14,5%	73.339	33.907	39.432	7%	35.405	16.369	19.036	20,396	0,38%
41.14 e 43.14 - Prod. de Pa- daria e Confeitearia (5)	157.623	55.025	12,0%	18.916	6.603	12.313	7%	11.034	3.852	7.182	5,131	0,09%
41.15, 43.15 e 43.07 - Açou- gues, animais vivos, carnes em geral (6)	682.255	466.471	12,0%	81.871	55.977	25.894	7%	47.758	32.653	15.105	10,789	0,20%
T O T A L	2.549.199	1.666.269	-	348.638	228.572	120.066	-	178.445	116.640	61.806	58,260	1,08%

Fonte: Sistema EEF ROS, Trabalho da CAEC. Impacto no ICMS de 1987 para proposta de alíquotas da Cesta Básica e Bens Supérfluos. Outros Dados da CAEC.

1 - Cesta básica: açúcar, arroz, café, farinhas de mandioca, milho, feijão, lentilha, soja, sementes de feijão, milho, arroz, trigo, milho, feijão, lentilha, soja, sementes de feijão, milho, arroz, trigo, milho, feijão, lentilha, soja, sementes de feijão, milho, arroz, trigo, milho, feijão, lentilha, soja, sementes de feijão, milho, arroz, trigo, milho, feijão, lentilha, soja, sementes de feijão, milho, arroz, trigo, milho, feijão, lentilha, soja, sementes de feijão, milho, arroz, trigo, milho, feijão, lentilha, soja, sementes de feijão, milho, arroz, trigo, milho, feijão, lentilha, soja, sementes de feijão, milho, arroz, trigo, milho, feijão, lentilha, soja, sementes de feijão, milho, arroz, trigo, milho, feijão, lentilha, soja, sementes de feijão, milho, arroz, trigo, milho, feijão, lentilha, soja, sementes de feijão, milho, arroz, trigo, milho, feijão, lentilha, soja, sementes de feijão, milho, arroz, trigo, milho, feijão, lentilha, soja, sementes de feijão, milho, arroz, trigo, milho, feijão, lentilha, soja, sementes de feijão, milho, arroz, trigo, milho, feijão, lentilha, soja, sementes de feijão, milho, arroz, trigo, milho, feijão, lentilha, soja, sementes de feijão, milho, arroz, trigo, milho, feijão, lentilha, soja, sementes de feijão, milho, arroz, trigo, milho, feijão, lentilha, soja, sementes de feijão, milho, arroz, trigo, milho, feijão, lentilha, soja, sementes de feijão, milho, arroz, trigo, milho, feijão, lentilha, soja, sementes de feijão, milho, arroz, trigo, milho, feijão, lentilha, soja, sementes de feijão, milho, arroz, trigo, milho, feijão, lentilha, soja, sementes de feijão, milho, arroz, trigo, milho, feijão, lentilha, soja, sementes de feijão, milho, arroz, trigo, milho, feijão, lentilha, soja, sementes de feijão, milho, arroz, trigo, milho, feijão, lentilha, soja, sementes de feijão, milho, arroz, trigo, milho, feijão, lentilha, soja, sementes de feijão, milho, arroz, trigo, milho, feijão, lentilha, soja, sementes de feijão, milho, arroz, trigo, milho, feijão, lentilha, soja, sementes de feijão, milho, arroz, trigo, milho, feijão, lentilha, soja, sementes de feijão, milho, arroz, trigo, milho, feijão, lentilha, soja, sementes de feijão, milho, arroz, trigo, milho, feijão, lentilha, soja, sementes de feijão, milho, arroz, trigo, milho, feijão, lentilha, soja, sementes de feijão, milho, arroz, trigo, milho, feijão, lentilha, soja, sementes de feijão, milho, arroz, trigo, milho, feijão, lentilha, soja, sementes de feijão, milho, arroz, trigo, milho, feijão, lentilha, soja, sementes de feijão, milho, arroz, trigo, milho, feijão, lentilha, soja, sementes de feijão, milho, arroz, trigo, milho, feijão, lentilha, soja, sementes de feijão, milho, arroz, trigo, milho, feijão, lentilha, soja, sementes de feijão, milho, arroz, trigo, milho, feijão, lentilha, soja, sementes de feijão, milho, arroz, trigo, milho, feijão, lentilha, soja, sementes de feijão, milho, arroz, trigo, milho, feijão, lentilha, soja, sementes de feijão, milho, arroz, trigo, milho, feijão, lentilha, soja, sementes de feijão, milho, arroz, trigo, milho, feijão, lentilha, soja, sementes de feijão, milho, arroz, trigo, milho, feijão, lentilha, soja, sementes de feijão, milho, arroz, trigo, milho, feijão, lentilha, soja, sementes de feijão, milho, arroz, trigo, milho, feijão, lentilha, soja, sementes de feijão, milho, arroz, trigo, milho, feijão, lentilha, soja, sementes de feijão, milho, arroz, trigo, milho, feijão, lentilha, soja, sementes de feijão, milho, arroz, trigo, milho, feijão, lentilha, soja, sementes de feijão, milho, arroz, trigo, milho, feijão, lentilha, soja, sementes de feijão, milho, arroz, trigo, milho, feijão, lentilha, soja, sementes de feijão, milho, arroz, trigo, milho, feijão, lentilha, soja, sementes de feijão, milho, arroz, trigo, milho, feijão, lentilha, soja, sementes de feijão, milho, arroz, trigo, milho, feijão, lentilha, soja, sementes de feijão, milho, arroz, trigo, milho, feijão, lentilha, soja, sementes de feijão, milho, arroz, trigo, milho, feijão, lentilha, soja, sementes de feijão, milho, arroz, trigo, milho, feijão, lentilha, soja, sementes de feijão, milho, arroz, trigo, milho, feijão, lentilha, soja, sementes de feijão, milho, arroz, trigo, milho, feijão, lentilha, soja, sementes de feijão, milho, arroz, trigo, milho, feijão, lentilha, soja, sementes de feijão, milho, arroz, trigo, milho, feijão, lentilha, soja, sementes de feijão, milho, arroz, trigo, milho, feijão, lentilha, soja, sementes de feijão, milho, arroz, trigo, milho, feijão, lentilha, soja, sementes de feijão, milho, arroz, trigo, milho, feijão, lentilha, soja, sementes de feijão, milho, arroz, trigo, milho, feijão, lentilha, soja, sementes de feijão, milho, arroz, trigo, milho, feijão, lentilha, soja, sementes de feijão, milho, arroz, trigo, milho, feijão, lentilha, soja, sementes de feijão, milho, arroz, trigo, milho, feijão, lentilha, soja, sementes de feijão, milho, arroz, trigo, milho, feijão, lentilha, soja, sementes de feijão, milho, arroz, trigo, milho, feijão, lentilha, soja, sementes de feijão, milho, arroz, trigo, milho, feijão, lentilha, soja, sementes de feijão, milho, arroz, trigo, milho, feijão, lentilha, soja, sementes de feijão, milho, arroz, trigo, milho, feijão, lentilha, soja, sementes de feijão, milho, arroz, trigo, milho, feijão, lentilha, soja, sementes de feijão, milho, arroz, trigo, milho, feijão, lentilha, soja, sementes de feijão, milho, arroz, trigo, milho, feijão, lentilha, soja, sementes de feijão, milho, arroz, trigo, milho, feijão, lentilha, soja, sementes de feijão, milho, arroz, trigo, milho, feijão, lentilha, soja, sementes de feijão, milho, arroz, trigo, milho, feijão, lentilha, soja, sementes de feijão, milho, arroz, trigo, milho, feijão, lentilha, soja, sementes de feijão, milho, arroz, trigo, milho, feijão, lentilha, soja, sementes de feijão, milho, arroz, trigo, milho, feijão, lentilha, soja, sementes de feijão, milho, arroz, trigo, milho, feijão, lentilha, soja, sementes de feijão, milho, arroz, trigo, milho, feijão, lentilha, soja, sementes de feijão, milho, arroz, trigo, milho, feijão, lentilha, soja, sementes de feijão, milho, arroz, trigo, milho, feijão, lentilha, soja, sementes de feijão, milho, arroz, trigo, milho, feijão, lentilha, soja, sementes de feijão, milho, arroz, trigo, milho, feijão, lentilha, soja, sementes de feijão, milho, arroz, trigo, milho, feijão, lentilha, soja, sementes de feijão, milho, arroz, trigo, milho, feijão, lentilha, soja, sementes de feijão, milho, arroz, trigo, milho, feijão, lentilha, soja, sementes de feijão, milho, arroz, trigo, milho, feijão, lentilha, soja, sementes de feijão, milho, arroz, trigo, milho, feijão, lentilha, soja, sementes de feijão, milho, arroz, trigo, milho, feijão, lentilha, soja, sementes de feijão, milho, arroz, trigo, milho, feijão, lentilha, soja, sementes de feijão, milho, arroz, trigo, milho, feijão, lentilha, soja, sementes de feijão, milho, arroz, trigo, milho, feijão, lentilha, soja, sementes de feijão, milho, arroz, trigo, milho, feijão, lentilha, soja, sementes de feijão, milho, arroz, trigo, milho, feijão, lentilha, soja, sementes de feijão, milho, arroz, trigo, milho, feijão, lentilha, soja, sementes de feijão, milho, arroz, trigo, milho, feijão, lentilha, soja, sementes de feijão, milho, arroz, trigo, milho, feijão, lentilha, soja, sementes de feijão, milho, arroz, trigo, milho, feijão, lentilha, soja, sementes de feijão, milho, arroz, trigo, milho, feijão, lentilha, soja, sementes de feijão, milho, arroz, trigo, milho, feijão, lentilha, soja, sementes de feijão, milho, arroz, trigo, milho, feijão, lentilha, soja, sementes de feijão, milho, arroz, trigo, milho, feijão, lentilha, soja, sementes de feijão, milho, arroz, trigo, milho, feijão, lentilha, soja, sementes de feijão, milho, arroz, trigo, milho, feijão, lentilha, soja, sementes de feijão, milho, arroz, trigo, milho, feijão, lentilha, soja, sementes de feijão, milho, arroz, trigo, milho, feijão, lentilha, soja, sementes de feijão, milho, arroz, trigo, milho, feijão, lentilha, soja, sementes de feijão, milho, arroz, trigo, milho, feijão, lentilha, soja, sementes de feijão, milho, arroz, trigo, milho, feijão, lentilha, soja, sementes de feijão, milho, arroz, trigo, milho, feijão, lentilha, soja, sementes de feijão, milho, arroz, trigo, milho, feijão, lentilha, soja, sementes de feijão, milho, arroz, trigo, milho, feijão, lentilha, soja, sementes de feijão, milho, arroz, trigo, milho, feijão, lentilha, soja, sementes de feijão, milho, arroz, trigo, milho, feijão, lentilha, soja, sementes de feijão, milho, arroz, trigo, milho, feijão, lentilha, soja, sementes de feijão, milho, arroz, trigo, milho, feijão, lentilha, soja, sementes de feijão, milho, arroz, trigo, milho, feijão, lentilha, soja, sementes de feijão, milho, arroz, trigo, milho, feijão, lentilha, soja, sementes de feijão, milho, arroz, trigo, milho, feijão, lentilha, soja, sementes de feijão, milho, arroz, trigo, milho, feijão, lentilha, soja, sementes de feijão, milho, arroz, trigo, milho, feijão, lentilha, soja, sementes de feijão, milho, arroz, trigo, milho, feijão, lentilha, soja, sementes de feijão, milho, arroz, trigo, milho, feijão, lentilha, soja, sementes de feijão, milho, arroz, trigo, milho, feijão, lentilha, soja, sementes de feijão, milho, arroz, trigo, milho, feijão, lentilha, soja, sementes de feijão, milho, arroz, trigo, milho, feijão, lentilha, soja, sementes de feijão, milho, arroz, trigo, milho, feijão, lentilha, soja, sementes de feijão, milho, arroz, trigo, milho, feijão, lentilha, soja, sementes de feijão, milho, arroz, trigo, milho, feijão, lentilha, soja, sementes de feijão, milho, arroz, trigo, milho, feijão, lentilha, soja, sementes de feijão, milho, arroz, trigo, milho, feijão, lentilha, soja, sementes de feijão, milho, arroz, trigo, milho, feijão, lentilha, soja, sementes de feijão, milho, arroz, trigo, milho, feijão, lentilha, soja, sementes de feijão, milho, arroz, trigo, milho, feijão, lentilha, soja, sementes de feijão, milho, arroz, trigo, milho, feijão, lentilha, soja, sementes de feijão, milho, arroz, trigo, milho, feijão, lentilha, soja, sementes de feijão, milho, arroz, trigo, milho, feijão, lentilha, soja, sementes de feijão, milho, arroz, trigo, milho, feijão, lentilha, soja, sementes de feijão, milho, arroz, trigo, milho, feijão, lentilha, soja, sementes de feijão, milho, arroz, trigo, milho, feijão, lentilha, soja, sementes de feijão, milho, arroz, trigo, milho, feijão, lentilha, soja, sementes de feijão, milho, arroz, trigo, milho, feijão, lentilha, soja, sementes de feijão, milho, arroz, trigo, milho, feijão, lentilha, soja, sementes de feijão, milho, arroz, trigo, milho, feijão, lentilha, soja, sementes de feijão, milho, arroz, trigo, milho, feijão, lentilha, soja, sementes de feijão, milho,

Fonte: Sistema EEF ROS, Trabalho da CAEC. Impacto no ICMS de 1987 para proposta de alíquotas da Cesta Básica e Bens Supérfluos. Outros Dados da CAEC.

1 - Cesta básica: açúcar, arroz, café, farinhas de mandioca, milho e trigo, feijão, macarrão, óleo de soja, pão, carnes, leite "in natura" e pasteurizado, margarina, sal refinado de cozinha. Ainda aves vivas, boví-  
nos, suínos e bubalinos.

2 - O setor comércio é o mais difícil de identificar as operações de ICMS da cesta básica, tendo em vista que no cadastro do ICMS, os estabelecimentos deste setor são classificados em códigos de atividade eco-  
nômica bastante genéricos, uma vez que os estabelecimentos comerciais revendem inúmeros produtos no mesmo estabelecimento. Deste modo, identificou-se os ramos de atividade no comércio varejista e ata-  
senta nestes casos, conforme chamadas seguintes.

3 - Pressuposto de que 20% dos valores base de cálculo do ramo 41.11 e 43.11 tratam-se de produtos da cesta básica. Os ramos 41.11 e 43.11 foram separados dos 41.1 e 43.1 com base na participação do 41.11 e  
43.11 no 41.1 e 43.1 em 1987, oportunidade em que obteve-se informações mais detalhadas através de programas especiais da CELEPAR, para estudo da cesta básica.

4 - Considerando 10% do ramo 42.0 como produtos da cesta básica.

5 - Pressuposto de que 70% do ramo 41.14 e 43.14 tratam-se de produtos da cesta básica.

6 - Considerando 100% dos valores de cálculo.

7 - Média aritmética das alíquotas internas de 17% e 12% a que são sujeitas as entradas e saídas do próprio Estado, já que não é possível ponderar os valores das operações internas da cesta básica sujeitas a alí-  
quota de 17% e 12% por indisponibilidade de informações a esse nível de detalhe.

Obs.: A planilha não inclui o ramo de "produtos de laticínios" (CAEs 41.13 e 43.13) pois o leite usufrui de isenção nas operações internas.

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA  
COORDENAÇÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

Perdas de ICMS decorrentes de Redução na Tributação sobre Operações Internas da Cesta Básica (1)

Operações Internas Tributadas em GR1 - Setor Indústria (2)

Ramos de Atividade	Base de Cálculo			ICMS (100%) Situação Atual				ICMS (100%) Situação Proposta				Perdas de ICMS em GR1 + Recolhimento em GR3 em 1989	Participação das Perdas no ICMS Declarado Calculado em GR1 + Recolhimento em GR3 em 1989	
	Saídas p/ o Estado	Entradas do Estado	S/Entr.	Alíquota S/Entr.	Débitos	Créditos	Saldo	Alíquota S/Entr.	Débitos	Créditos	Saldo			
- moagem, torrefação e fabricação de prod. alimentares (2)	708.557	619.623	13,7(6)	14,5(7)	112.891	84.888	28.003	13,7%	7%	54.499	84.888	(30.389)	58.392	1,08%
- Abate de animais e fabricação de subprodutos (3)	511.066	252.248	12%	12%	61.238	30.270	30.968	7,0%	7%	35.775	17.657	18.118	12.850	0,24%
- Fabr. e refino açúcar	262.011	51.943	17%(8)	17%	44.542	8.830	35.712	7,0%(8)	7%	18.341	3.636	14.705	21.007	0,39%
- Óleos vegetais, margarinas e sal (5)	163.066	124.303	17%	17%	27.721	21.132	6.589	15,0%	7%	11.415	18.645	(7.230)	13.819	0,26%
- Padaria e Confeitaria (4)	178.434	137.227	12%	12%	21.412	16.467	4.945	7,0%	7%	12.490	9.606	2.884	2.061	0,04%
- Massas alimentícias e biscoitos (4)	131.891	71.761	12%	12%	15.827	8.611	7.216	7,0%	7%	9.232	5.023	4.209	3.007	0,06%
TOTAL	2.025.025	1.257.105	-	-	283.631	170.198	113.433	-	-	141.752	139.455	2.297	111.136	2,07%

Fonte: Sistema CAEC

Fonte: Sistema CAEC

1 - Cesta básica: açúcar, arroz, café, farinhas de mandioca, milho e trigo, feijão, macarrão, óleo de soja, pão, carnes, leite "in natura" e pasteurizado, margarina, sal refinado de cozinha. Ainda aves vivas, bovinos, suínos e bubalinos.

2 - Considerando que % dos valores base de cálculo declarados, referem-se a fabricação ou beneficiamento de arroz, feijão, café e farinhas da cesta básica considerada.

3 - Mesmo tratando-se apenas das operações internas da indústria, os dados estão levemente superestimados devido a impossibilidade de excluir os subprodutos das carnes, e a parte das confeitarias. A rigor, a partir de ago/91, as padarias e confeitarias estão praticamente todas enquadradas na condição de microempresa, sendo que, a redução da alíquota para 7% pouco afetará a arrecadação visto que já usufruem de isenção.

4 - Considerando que 60% dos valores Base de Cálculo do ramo, referem-se a massa alimentícia (Base estudo de 1987).

5 - Considerando que 70% dos valores declarados no ramo tratam-se de óleo de soja, margarinas e sal de cozinha (inclui óleo bruto de soja).

6 - Média aproximada e ponderada de 2/3 da alíquota de 12% mais 1/3 da alíquota de 17%.

7 - Média aritmética das alíquotas de 12% e 17% a que estão sujeitas as saídas. Não foi possível ponderar as alíquotas pelos valores das operações praticadas, por indisponibilidade de informações a esse nível de detalhe.

8 - Não se trata de créditos de cana-de-açúcar, que é diferida nas operações internas.

Obs.: Não considerou-se na planilha o ramo de atividade "leite e laticínios", pois o leite já usufrui de isenção nas operações internas.

OFÍCIO

Sob o n° 988/91, do Senhor Deputado Caíto Quintana, Chefe da Casa Civil, encaminhando resposta de PEDIDO DE INFORMAÇÕES, formulado pelo Deputado Neivo Beraldin à Secretaria de Estado da Administração, solicitando "Informações sobre o valor dos gastos, no mês de abril de 1991, que o Estado teve na manutenção de previdência complementar e benefícios a empregados de empresas ou órgãos públicos". Ao Conhecimento do Senhor Deputado interessado.

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 2693

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Preferência de Votação para os Projetos de Lei n°s 332 e 333/91 e Projetos de Resolução n°s 046 e 052/91, constantes da pauta da Ordem do Dia desta Sessão Plenária.

Sala das Sessões, em 14.10.91.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 2691

Senhor Presidente.

Solicito a Vossa Excelência a justificação de faltas nos dias 14, 15, 16 e 17, das Sessões Plenárias, em razão de inúmeros compromissos oficiais, decorrentes do meu mandato, nos Municípios de Porecatu, Astorga, Bela Vista do Paraíso, Londrina e Alvorada do Sul.

Sala das Sessões, em 14.10.91.

(a) JOSÉ TAVARES

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 470/91

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Declara de Utilidade Pública a UNIAO ESPIRITA CAIRBAR SCHUTEL/ALBERGUE NOTURNO MÚCIO BENEDITO LIMONGI PEREIRA, com sede e foro na Cidade de Porecatu, neste Estado.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 14.10.91.

(a) JOSÉ TAVARES

JUSTIFICATIVA:

Da documentação anexa depreende-se que a referida Entidade vem cumprindo com as finalidades para as quais foi criada, atendendo um grande número de pessoas que a ela se dirigem procurando auxílio, não

são no plano material mas também no espiritual.

Convencidos da justiça da iniciativa, espero contar com o apoio dos nobres Pares no sentido de ser aprovada a matéria.

PROJETO DE LEI N° 471/91

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica proibida, no território do Estado do Paraná, a fabricação, a distribuição, a comercialização e a utilização de embalagens descartáveis, em cujo processo de fabricação é empregado o clorofluorcarbono - CPF - como agente expander.

Parágrafo Único - Para o cumprimento do disposto no "caput", são concedidos os seguintes prazos:

I - na data da regulamentação desta Lei - para embalagens de lanches;

II - cento e vinte (120) dias após a regulamentação desta Lei - para as demais embalagens;

III - Os fabricantes e/ou distribuidores, no prazo máximo de cento e vinte (120) dias após a regulamentação desta Lei, deverão proceder cadastro junto ao Órgão competente do Estado.

Art. 2° - Para o cumprimento do disposto no artigo anterior, as pessoas físicas e jurídicas que fabriquem, distribuam ou comercializem produtos utilizando embalagens descartáveis deverão exigir do fornecedor das mesmas, seja comerciante, distribuidor ou fabricante, documento comprobatório de que as embalagens fornecidas não contém CFC.

Parágrafo Único - O documento a que se refere este artigo deverá estar disponível, para efeitos de fiscalização, no prazo de cento e vinte (120) dias, a contar da regulamentação desta Lei.

Art. 3° - Sem prejuízo das sanções civis mais cabíveis, o descumprimento do disposto nesta Lei, acarretará a aplicação da penalidade de multa no valor de cinquenta (50) até duas mil (2.000) UPF/PR.

Parágrafo Único - O valor da multa será:

I - Graduado de acordo com a capacidade econômico-financeiro do infrator;

II - Aplicado em dobro em caso de reincidência.

Art. 4° - O Poder Executivo regulamentará esta Lei, para sua fiel execução, determinando o órgão competente para a fiscalização e o respectivo procedimento.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.10.91.

(a) NEIVO BERALDIN

#### JUSTIFICATIVA:

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhora Deputada, o presente projeto visa contribuir com o controle de poluição atmosférica no Estado do Paraná, proibindo a utilização do clorofluorcarbono - CFC na fabricação, distribuição e comercialização de embalagens como agente expensor.

Isso porque o CFC vem atacando e reduzindo a camada de ozônio " $O_3$ ", em todo o Planeta, o que é muito grave.

O Ozônio " $O_3$ ", é oxidante energético, muito instável e que facilmente transforma-se em Oxigênio " $O_2$ ".

O Ozônio, na estratosfera funciona como um filtro que retém as radiações ultra-violetas. A camada de Ozônio na estratosfera, isto é, nas altitudes de 20, 22 e 24 Km está diminuindo consoante as observações realizadas desde 1.967 até 1987, feitas pelo "Deutscher Wetterdienst, Observatorium Hohenpeissenberg", comunicação feita em 1988.

O aumento da radiação ultra-violeta pode aumentar a incidência de câncer na pele nos seres humanos.

A camada de Ozônio na estratosfera, originalmente, está em equilíbrio dinâmico entre o Oxigênio " $O_2$ " e o Ozônio " $O_3$ ", funcionando em ciclo fechado, isto é, o  $O_3$  oxigênio ao sofrer a ação da radiação do sol com um comprimento de onda da luz menor que 230 nanômetro forma o Ozônio.

Este por sua vez ao sofrer a ação do comprimento de onda menor que 320 nanômetro, o Ozônio " $O_3$ ", passa a Oxigênio " $O_2$ ".

Este ciclo fechado continua indefinidamente sob a ação da luz solar.

Infelizmente, a emissão de CFC " $CFCI_3$ ", ao sofrer a ação da luz solar com comprimento de onda menor que 320 nanômetro libera um átomo de cloro que irá reagir com o Ozônio, consumindo-o, provocando a interrupção do ciclo fechado, que é o processo natural, o qual deve ser preservado através da redução da emissão de CFC, entre outros.

Assim sendo Senhores Deputados, Senhora Deputada, tendo em vista a relevância da matéria abordada, é de fundamental importância a vedação proposta no referido projeto de lei supra, para o quê contamos com a anuência dos demais Nobres Pares desta Augusta Casa de Leis para a aprovação do Projeto em tela.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente não há oradores inscritos.

No Grande Expediente está inscrito o Deputado Neivo Beraldin.

(Declina).

No Horário das Lideranças, com a palavra o PT.

Com a palavra o Deputado Ernani Pudell.

O SR. ERNANI PUDELL - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A Bancada do Partido dos Trabalhadores, diante da gravidade da situação agrária em nosso Estado, está propondo nesta semana a constituição de uma comissão prevista na Constituição do Estado do Paraná, com o objetivo de rever todos os atos de doação de terras públicas a particulares.

O Estado do Paraná, que não tem a competência constitucional de legislar sobre a questão agrária, esta afeta ao Congresso Nacional que, de resto, tem um débito com a Nação Brasileira, cuja Carta Magna de 1988 ainda guarda a regulamentação da política de reforma agrária em nosso País.

Todavia, o Paraná foi muito pródigo no passado, em distribuir terras a grupos poderosos. Nós pretendemos que essa Comissão, cuja previsão constitucional, elabore à luz do Direito e dos critérios da moralidade administrativa e do interesse público uma revisão de todos esses atos de doação.

Nós entendemos que, se efetivamente o Poder Legislativo do Paraná, avocar-se a sua competência constitucional nesta matéria e for a fundo nesta questão, nós poderemos talvez trazer ao Paraná muitas áreas que possam ser destinadas à política de assentamento. Mais do que isso: neste momento em que o Governo do Estado do Paraná coloca na rubrica no Orçamento do Estado para o ano que vem na ordem de 30 milhões de cruzeiros destinados à aquisição de terras em nosso Estado, na nossa avaliação este não é certamente o caminho mais correto a seguir.

Por quê? Em primeiro lugar, em país algum do mundo se realizou reforma agrária com indenização prévia nos valores de mercado de terras. Isso torna praticamente inviável a reforma agrária nesta quadra da vida nacional, neste estágio do desenvolvimento da agricultura no campo.

Vejam os Senhores que, do Orçamento de 30 bilhões de cruzeiros para o próximo ano, esses recursos em se adquirindo terras a preços de mercado, terão capacidade de assentamento de tão somente 3 mil famílias.

Por outro lado, essas 3 mil famílias consumirão cerca de 30 bilhões de Orçamento do Estado. Se nós analisarmos todo o programa do Governo Estadual para os próximos 4 anos, em especial, o "Programa Bom Emprego e Panela Cheia", destinado à pro-

moção e desenvolvimento de pequena agricultura e da agroindustrialização do Estado do Paraná, os recursos a esses programas que, em tese, terão como clientela cerca de 400 mil agricultores no Paraná, eles consumirão tão somente 28 milhões de cruzeiros. Então, é uma desproporção muito grande.

E eu quero lembrar aqui que no final do Império, quando se discutia a libertação dos escravos, o pleito mais ouvido nos corredores do Senado, nas tribunas era de que os proprietários de terras aceitariam a libertação dos escravos, desde que o Estado indenizasse pelo que eles pagaram aos negros.

Então, vejam Senhores que, guardadas as proporções estamos perante este mesmo falso dilema. Seria um absurdo avaliarmos e analisarmos historicamente a possibilidade de o Estado brasileiro estar indenizando os proprietários de escravos. Certamente, se esta proposta tivesse vingado, até hoje o Tesouro Nacional não teria condições de libertar os escravos e nós teríamos ainda muitos negros vivendo acorrentados e trabalhando em trabalhos forçados.

É preciso lembrar que a terra, na nossa Constituição, é uma dádiva da natureza. E, como tal, deve ser assegurado o seu uso a todos os cidadãos indistintamente. Entendemos a terra apenas pelo seu valor de trabalho. A terra, aquela que é produzida, que trabalha, que mantém o sustento das famílias tem o valor de uso e este valor deve ser respeitado. Agora, a terra improdutiva, a terra que foi apropriada por alguns poucos e que negam a tantos outros, esta terra, no nosso entendimento, deve ter um tratamento diferenciado pela legislação brasileira.

Eu preciso aqui lembrar e relembrar que este país até hoje não teve o seu desenvolvimento efetivamente consolidado porque ainda os latifundiários guardam um poder político desproporcional a pequena parcela da população que representam.

É urgente que o Brasil modernize as suas relações no campo. O Papa, que está no Brasil hoje, denuncia também, faz eco e diz que "a reforma agrária no País é uma questão de justiça". Diz Sua Santidade também que "não haverá democracia neste País sem que haja efetivamente reforma agrária".

E, para finalizar, quero aqui desta tribuna trazer nossa preocupação com relação aos possíveis desdobramentos que possam ocorrer a partir da última ocupação de terras verificada no Estado do Paraná. Em um município do Norte do Estado houve uma ocupação, segundo informações, de uma área com cerca de 1000 hectares, uma área de terras nobres, altamente produtivas e que

segundo consta em informações, faz três anos que estas áreas estão abandonadas, o gado está morrendo sem sequer receber tratamento por parte dos proprietários. Ou seja, uma terra rica, uma terra com potencial enorme de produção absolutamente abandonada.

Esta área foi ocupada exatamente pelas famílias remanescentes do massacre de Londrina e que foram despejadas por uma ação violenta da Polícia Militar. E nós esperamos que o Governo do Estado do Paraná tenha pelo menos a cautela de, antes de enviar novamente força policial contra trabalhadores que, pelo menos, acione os órgãos competentes para que verifiquem efetivamente as condições de produtividade daquela área.

A se confirmar que aquela área está abandonada entendemos que neste momento em que tantos paranaenses precisam de um chão para alimentar o seu filho é um crime que algumas pessoas mantenham terras desta qualidade improdutivas e sem que atendam a sua função social.

Neste sentido queremos aqui fazer um apelo ao Governo do Estado do Paraná que, antes de consumir a sua ameaça de despejo por força policial desta área especificamente, tome a cautela de enviar as equipes técnicas responsáveis pelo acompanhamento agrário no Estado do Paraná, que acione os órgãos federais com competência federal constitucional de tratar desta matéria e que este caso seja, a exemplo de outros, tratado como uma questão social e não como uma questão policial.

E nós do Poder Legislativo do Estado do Paraná, já demos mostras de que havendo vontade política, mobilização dos órgãos responsáveis é possível encontrar uma saída pela via pacífica; É possível encontrar uma saída negociada para a questão agrária no Estado do Paraná.

É por isso, que nós fazemos um apelo, a Liderança do Governo que transmita ao Poder Executivo, no sentido de que tomem as cautelas e sigam o exemplo de um esforço que a Comissão de Terras da Assembleia Legislativa, presidida pelo Deputado Toti Colaço, soube conduzir e já demonstrou no episódio recente aqui no Estado do Paraná.

Nós estaremos seguindo esse caminho, fundamentalmente atendendo interesse público.

As áreas improdutivas devem ser colocadas a serviço da promoção, da dignidade da pessoa humana a serviço da produção. Isto aliás, é o que determina a Constituição Federal e cabe a nós aqui no Estado do Paraná, mesmo com a lacuna existente na Legislação Federal, fazer valer o princípio consagrado na Constituição Federal do Brasil, ou seja, de que as terras improdutivas devem ser destinadas a quem nela



Era isso Senhor Presidente e muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Ainda no Horário da Liderança, consulto o Partido da Frente Liberal, PFL, se fará uso do seu horário.

(Declina).

PSDB.

(Declina).

PL.

(Declina).

Concedo a palavra ao Senhor Deputado Lourenço Fregonese.

O SR. LOURENÇO FREGONESE - Senhor Presidente, nobres Pares.

É com satisfação que usamos a tribuna no dia de hoje, para comunicar aos nobres colegas, que ontem estivemos com o Presidente da PETROBRÁS, Ernesto Teixeira Weber, e com o Presidente da PETROBRÁS - Distribuidora, Senhor José Fantini.

Estivemos sobrevoando os postos de petróleo que pertencem ao Estado do Paraná, estivemos sobrevoando a ponta do poço em Pontal do Sul. Município de Paranaguá; estivemos no Porto de Paranaguá, no qual fomos muito bem atendidos pelo Superintendente, no que - em suas palavras - nos disse: "a PETROBRÁS, precisasse de 600 metros do Porto, teria os 600 m do Porto, não os 60 m pretendidos. Gostaríamos de dizer ao Estado do Paraná, as palavras que nos foram ditas pelo Presidente Ernesto Teixeira Weber, "que o poço de petróleo está na força de vontade política do Estado", estão exatamente duas cidades pleiteando: São Francisco em Santa Catarina e Paranaguá, no Estado do Paraná.

E, nós estamos torcendo que no dia de hoje, junto com o Governador Roberto Requião o Presidente da PETROBRÁS, está no poço de petróleo e espero que lê decidam que deve ficar com o Estado do Paraná, gásoduto e também petróleo, pois o Presidente Ernesto Weber, saiu muito impressionado da cidade de Paranaguá.

O único empecilho que nós tínhamos era a iluminação noturna do aeroporto de Paranaguá, o qual o Prefeito José Vicente Elias, já se propôs imediatamente a providenciar o balizamento noturno daquele aeroporto.

Então nobres Pares, aqui quero manifestar a nossa satisfação e torcer para que o Governador Roberto Requião faça a sua parte, pois a nossa nós fizemos; eu Deputado e a Assembléia Legislativa, e deixar mais uma vez marcado nos Anais da Casa a frase dita pelo Presidente da PETROBRÁS, "depende a plataforma e os gásodutos dependem da força de vontade política do nosso Estado".

Portanto, a nossa parte nós já fizemos, basta agora que o Poder Executivo cumpra a sua.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Ainda no Horário das Lideranças, consulto à Liderança do PDT.

(Declina).

PSB.

(Declina).

PMDB.

Concedo à palavra ao Senhor Deputado Renato Adur.

O SR. RENATO ADUR - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nós vimos a esta tribuna, para lamentar profundamente o ocorrido no último final de semana na cidade de Pitanga.

Quando um menor de apenas 8 anos, vinha do caminho da escola na tarde de quinta-feira, foi abordado por um indivíduo que o conhecia, era amigo da sua família, era seu amigo, era amigo o seu irmão e esse indivíduo acabou seqüestrando e levando-o para um local ermo da cidade, e mais tarde, na noite do mesmo dia, telefonando para sua família, exigindo uma quantia em dinheiro para poder recuperar o menino.

Esse marginal chamado Antonio Silvio de Lima, de apenas 20 anos, tentou sem escrúpulos estorquir a família, numa quantia de dois milhões e quinhentos mil cruzeiros; horas depois de haver assassinado o próprio menino, 90 minutos após o seqüestro.

Essa barbaridade, esse crime revoltou toda a população do município de Pitanga.

Não se pode admitir que nos dias de hoje, nós possamos ver elementos de tamanha má índole, trazendo uma revolta como a que nós presenciamos nesta semana em Pitanga. Uma cidade pacata, um povo ordeiro, de repente se vê defrontada justamente no dia da criança, justamente no dia em que se comemora naquela cidade a data da padroeira Nossa Senhora Aparecida, nós vemos uma situação de calamidade como esta.

Felizmente ainda dos males o menor, a Polícia de Pitanga, agindo com presteza justamente com o departamento anti-sequestro da Secretaria de Segurança Pública, pôde em menos de 24 horas localizar este odiando assassino, localizar e prendê-lo, trazendo para a Delegacia de Polícia.

E esse elemento de sangue frio, negava constantemente como se nada com ele tivesse acontecido, não fossem testemunhas oculares, que o viram andando a pé, com este menino no dia de quinta-feira, e até sendo afrontado por testemunhas que nesse momento obrigaram-no a reconhecer e a confessar o seu crime.

Nesse momento a polícia atuando em

flagrante esse indivíduo, temia por uma revolta da população que se mobilizava para linchar esse elemento ainda na Delegacia de Polícia e foi transferido imediatamente para Guarapuava onde acabou confessando que 90 minutos após haver seqüestrado um menino, somente porque a criança gritava muito alto e estava chorando ele desferiu quatro facadas no corpo do menino, três no corpo e uma no pescoço, vindo quase degolar a criança.

Nós da região central do Paraná, não podemos admitir que crimes como esse, aconteçam em nosso Estado.

Estamos revoltados, estamos consternados com tamanha crueldade, como que uma pessoa humana pode fazer isso com um menor, um menino, que vinha da sua escola, em pleno dia, em plena tarde de uma quinta-feira, sem o menor escrúpulo esse indivíduo veio trazer esta tragédia para a nossa região, e o mais grave, meus amigos, a família, o pai deste menino, um modesto comerciante, que tem apenas um mini-mercado, um cidadão trabalhador, um cidadão ordeiro, pertencente a uma família tradicional da região, ser submetido a um constrangimento de tamanha natureza.

Concedo aparte ao companheiro Deputado Orlando Pessuti.

O Sr. Orlando Pessuti - Deputado Adur, queremos neste momento manifestar a nossa solidariedade a Vossa Excelência e os nossos sentimentos à comunidade residente no Município de Pitanga, por fato tão lamentável, ocorrido na última semana, naquela Cidade.

Nós queremos, nesta oportunidade, registrar nossas congratulações à Polícia do Paraná, em que pesem as muitas deficiências que vem apresentando ao longo do tempo, pelo menos neste episódio e em alguns outros episódios envolvendo o seqüestro de pessoas, tem agido com bastante rigor contra estes marginais que têm tumultuado a vida das pessoas do Paraná.

Eu me recordo que há alguns dias atrás num episódio que começou em Maringá, com o seqüestro do Senhor Tolardo, que envolveu posteriormente o assassinato de duas pessoas ligadas à Segurança Pública do Município de Nova Tebas, posteriormente o seqüestro do ônibus de Ivaiporã, com cerca de 30 reféns, a Polícia agindo com rigor, permitiu que a maioria destes reféns saíssem ilesos do processo e que o principal organizador deste movimento, o seqüestrador Manoel de Oliveira fosse detido, além de seu irmão, que foi também assassinado, foi liquidado para sempre deste mundo.

Nós queremos, neste momento, cumprimentar a Polícia pela maneira com que tem agido.

Com presteza, com muita determinação e

Curitiba, segunda, em 14.10.91

eficiência, impedindo que fatos como este se repitam num volume ainda maior no nosso Estado. Ao mesmo tempo em que transmito os nossos sentimentos à comunidade de Pitanga, registro aqui os cumprimentos à Polícia, por ter esclarecido este episódio.

O SR. RENATO ADUR - Eu agradeço o aparte, suas palavras, Deputado Pessuti.

E quero, também, nesse momento enaltecer o trabalho da Polícia, da Delegacia de Polícia de Pitanga, na pessoa do delegado César Bussi, mais o Comando da 14.<sup>a</sup> Subdivisão Policial de Guarapuava, juntamente com o Setor de Anti-Seqüestro da Secretaria de Segurança Pública da Polícia Civil do Paraná.

Embora o caso lamentável, nós temos que reconhecer que em menos de 24 horas, o Departamento de Anti-Seqüestro do Governo do Estado do Paraná tomou as providências e desvendou esta barbaridade que aconteceu em nossa terra.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Encerrado o Horário do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,  
com a presença de 40 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente, justificando sua ausência nas Sessões Plenárias dos dias 14, 15, 16 e 17 do corrente mês, em virtude de compromissos oficiais nos Municípios de Porecatu, Astorga, Bela Vista do Paraíso, Londrina e Alvorada do Sul. À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando preferência de votação para os Projetos de Lei n.ºs 332 e 333/91, e para os Projetos de Resolução n.ºs 046 e 052/91. Aprovado.

De conformidade com o requerimento de preferência de votação de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, acima aprovado:

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 332/91, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n.º 60/91, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Xambrê, as datas de terrenos n.ºs 13, 14, 15, 16 e

17, da quadra n° 24, adquiridos pelo Estado do Paraná por doação do referido Município, conforme transcrição sob n° 1866, do Livro 3-B do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Xambrê. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., e C.O.P.T.C., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ.no D.A. n° 94, de 12.08.91 - Mensagem).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 332/91

PARECER:

Pela Mensagem n° 60/91, Governo do Estado pede autorização para que seja doado ao Município de Xambrê, as datas de terrenos n°s 13, 14, 15, 16 e 17, da quadra n° 24, e que foram doados pelo próprio Município ao Governo do Estado, visando a instalação de prédios da administração estadual.

Como tal não ocorreu e visando atender interesses da própria administração municipal, o Governo Estadual está promovendo o retorno da posse destas áreas ao Município de Xambrê.

Notamos amplo dispositivo legal nesta mensagem, que em nada fere os termos constitucional ou de qualquer lei vigente.

Opinamos FAVORAVELMENTE à sua APROVAÇÃO e apreciação regimental.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27.08.91

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS

Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PROJETO DE LEI N° 332/91

PARECER:

De lavra do Poder Executivo, com a Mensagem n° 60/91, é pretendido a autorização pela presente matéria, para que seja doado ao município de Xambrê, as datas de terrenos n°s 13, 14, 15, 16 e 17 da quadra n° 24, adquiridos pelo Estado do Paraná por doação do já acima referido Município, conforme transcrição sob o n° 1.866, do livro 3-B do Cartório de Registro da Comarca de Xambrê.

A Comissão de Constituição e Justiça dessa Casa de Leis, em sua douta análise não encontrou qualquer óbice que pudesse impedir o curso normal do projeto de Lei, quanto ao seu caráter constitucional e legal.

Por competência regimental, a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, manifesta-se sobre a autorização solicitada pelo Poder Executivo para efetuar a doação, posicionando-se FAVORAVELMENTE à

APROVAÇÃO do projeto de lei em apreço.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.09.91

(aa) TOTI COLAÇO

Presidente

ÉLIO RUSCH

Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 333/91, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 061/91, que autoriza o Poder Executivo a ceder em caráter de utilização gratuita, ao Município de Itambaracá, o imóvel de propriedade do Estado do Paraná, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., e C.O.P.T.C., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 94. de 12.08.91 - Mensagem).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 333/91

PARECER:

A Proposição em exame, oriunda do Poder Executivo através da Mensagem Governamental n° 061/91, objetiva colher desta Assembléia Legislativa a devida autorização para ceder em caráter de utilização gratuita, ao Município de Itambaracá, o imóvel de propriedade do Estado do Paraná que especifica.

Procedida a análise constitucional, legal e regimental, nada encontramos que possa consubstanciar uma negativa à apreçada autorização.

Sendo assim, esta Comissão de Constituição e Justiça dá seu parecer FAVORÁVEL, opinando pela APROVAÇÃO do Plano de Lei em tela.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27.08.91

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

NELSON JUSTUS

Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PROJETO DE LEI N° 333/91

PARECER:

Após analisar a presente matéria, manifestamos nosso parecer FAVORÁVEL à aprovação do projeto, encontrando-se o mesmo em condições de ser levado à deliberação do Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.09.91

(aa) TOTI COLAÇO

Presidente

LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n°

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 46/91, de autoria do Deputado Nilton Barbosa, que autoriza a realização de plebiscito no Município de Encantado do Oeste, com território desmembrado do Município de Assis Chateaubriand, com sede na localidade do mesmo nome e com as divisas adiante especificadas. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no DA. n° 104, de 27.08.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 46/91

PARECER:

Visando adequar a Resolução n° 38/90 à Informação prestada pelo I.B.G.E. no que se refere às divisas do Município de Encantado do Oeste, o Deputado Nilton Barbosa, o faz através de meio hábil que é o Projeto de Resolução, não ferindo assim, qualquer dispositivo constitucional ou legal, bem como observando boa técnica legislativa.

Deste modo, somos de parecer FAVORÁVEL à sua APROVAÇÃO.

Sala das Comissões, em 03.09.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

DURVAL AMARAL

Relator

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 052/91, de autoria do Deputado Tadeu Lúcio Machado, que revoga a Resolução n° 52, de 30 de Agosto de 1990. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 111, de 09.09.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 052/91

PARECER:

AUTOR: Deputado Tadeu Lúcio Machado

SÚMULA: Revoga a Resolução n° 052, de 30 de agosto de 1990.

O Projeto de Resolução em espécie, pretende seja revogada a Resolução n° 052, de 30 de agosto de 1990.

A pretensão não encontra nenhum óbice de natureza Constitucional, legal ou regimental.

Assim, somos de parecer FAVORÁVEL à sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 17.09.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

ALCEU SWAROWSKI

Relator

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputa-

dos:

EM VOTAÇÃO

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 184/91, de autoria do Deputado Dirceu Silveira Manfrinato, que torna obrigatória a inclusão do Tipo Sangüíneo e fator RH nas Cartelas de Identidade e de Habilitação. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.S.P. EMENDAS DE PLENÁRIO com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 124/91

PARECER:

As emendas aditivas n°s 1 e 2, respectivamente.

Na primeira, o autor, companheiro Presidente desta C.C.J., Deputado Colombino Grassano, propõe acrescentar parágrafo único ao projeto original, determinando que se deixe espaço na carteira de habilitação, para indicar se o titular é doador de órgãos.

Na outra emenda, a Bancada do PT sugere incluir novo artigo ao projeto original, garantindo a gratuidade dos exames necessários impostos pela Lei, àqueles que tenham renda familiar inferior a 3 salários mínimos, por parte da rede pública de saúde.

Entendemos tratar-se, ambas as emendas, de documentos sem qualquer vício legal ou constitucional e portanto, devem ter tramitação regimental, até a apreciação final em Plenário.

Somos FAVORÁVEIS às mesmas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12.09.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS

Relator

Aprovado.

Em votação Emenda n° 1, de autoria do Deputado Colombino Grassano.

Aprovada.

Em votação a Emenda n° 2.

O DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, esta Emenda de iniciativa da Bancada dos Trabalhadores, lendo a Lei e observando inclusivamente mais atentamente à Lei Orgânica do Sistema de Saúde, achamos que não tem necessidade de ser votada, uma vez que se este tipo de exame se torna obrigatório e já é garantido na Lei Orgânica do Sistema de Saúde, um direito do cidadão, independendo da faixa salarial.

Portanto, após esta observação nós retiramos a Emenda.

Portanto, após esta aprovação nós retiramos a Emenda.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está retirada a Emenda.

O Projeto irá à 3ª. Discussão.

2ª. DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 088/91, de autoria do PODER EXECUTIVO-MENSAGEM Nº 12/91, que autoriza o Poder Executivo a ceder em caráter de utilização gratuita, ao município de Curitiba as áreas que especifica, às margens do lago da Represa do Passaúna, partes de áreas maiores havidas pela Superintendência de Recursos Hídricos e Meio Ambiente - SUREHMA. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.O.P.T.C. e C.E.M.A., por unanimidade. Em discussão.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Para encaminhar) - Senhor Presidente, demais Deputados.

Pedimos a palavra neste instante para manifestar a esta Casa, e em especial ao Deputado Rafael Greca de Macedo, a nossa posição favorável à votação dessa Mensagem de S.Exa. o Governador Álvaro Dias, que mereceu, posteriormente as discussões que tivemos neste Plenário, também à aprovação de S.Exa. o Governador Roberto Requião.

Todos se recordam que, por ocasião da 1ª. Discussão desta matéria informávamos à Casa de que o Governador do Estado estava remetendo a este Poder ofício solicitando a devolução da matéria. Tão logo procedemos à Discussão e aprovação da matéria, aprovando em 1ª. Discussão, através da nossa assessoria, mais especialmente do nosso assessor, João Batista, remetemos à Casa Civil uma cópia da Ordem do Dia, onde constava, a íntegra da Mensagem. Posteriormente o Deputado Caíto Quintana desenvolveu conversações, se não me falha a memória inclusive com o Deputado Rafael Greca de Macedo, e, posteriormente, Sua Excelência o Governador Roberto Requião e o Prefeito Jaime Lerner por telefone também, discutiam sobre este assunto. E nós que já estávamos de posse do Ofício, devolvemos-o ao Governador, porque, dado aos entendimentos que se procederam naquele dia após as discussões havidas na Assembleia, entendeu Sua Excelência o Governador Roberto Requião, que a Mensagem deveria ser votada em segunda discussão na forma e maneira como já havia sido tratada numa primeira hora.

Por essa razão, queremos aqui cumprimentar, ao Governador Roberto Requião pela sensibilidade com que tratou o assunto e cumprimentar Curitiba pela oportunidade que tem de oferecer a todos nós, mais este espaço, que, sem sombra de dúvidas contribuirá para a melhoria da qualidade de vida não só dos curitibanos mas de todos aqueles que para cá vêm e para cá caminham no seu dia-a-dia.

Quero cumprimentar a todos e dizer que

estamos votando a favor desse Projeto Mensagem originada no Poder Executivo. Obrigado.

O SR. RAFAEL GRECA (Para discutir) - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ao agradecer às gestões do Sr. Líder do Governo, à sua compreensão na votação favorável em primeira votação, eu quero dizer o seguinte: a busca do bem comum é a essência da democracia, e, efetivamente, tem o Governo do Estado agora, muito trabalho pela frente para desenvolver o outro lado da represa do Passaúna como um Parque Estadual. Do lado de Curitiba já fizemos a nossa parte e eu agradeço especialmente a delicadeza da menção que me faz, o Sr. Deputado Líder do Governo, dando ciência à Assembleia das gestões que nós fizemos no interesse da Cidade. Isso é muito importante porque, na verdade não podemos fazer oposição ao nosso povo e muito menos podemos deixar que as questões políticas atrapalhem a busca do bem comum.

Ao agradecer ao Sr. Líder do Governo e aos demais Deputados da Bancada, eu sublinho o espírito público elevado e inteligente do Sr. Governador do Estado em manter aquilo que o ex-Governador Álvaro Dias já havia acertado com a Prefeitura de Curitiba.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação.

Aprovado.

2ª. DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 253/91, de autoria do Deputado Toti Colaço, que autoriza o Poder Executivo a transferir para a alçada do Estado, a estrada ligando os Municípios de Irati e Inácio Martins. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., e C.O.P.T.C., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

1ª. DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 120/91, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que autoriza o Poder Executivo a doar à Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Curitiba, área conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.T.I.C.. EMENDA da C.C.J., por unanimidade. (Publ. no DA. nº 51, de 13.05.91).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PROJETO DE LEI Nº 120/91

##### PARECER:

Propõe o companheiro Deputado Algaci Túlio, autorizar o Poder Executivo, a doar a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Curitiba, a parte regularizada da área situada neste Município de Curitiba, com aproximadamente 198.776 m. e que pela Lei nº 8.851, de 25.07.88 retornou à posse do

Estado do Paraná.

Em parágrafo único. do artigo 1º deste Projeto de Lei, o autor condiciona a destinação desta área a implantação do projeto "Cidade da Fraternidade", destinada a assistência aos idosos e crianças.

Sob o aspecto constitucional, legal e regimental encontra-se correto, e ao nosso ver, para aperfeiçoá-lo, apresentamos emenda aditiva, em anexo, fixando o prazo de 12 (doze) meses para o início da obra e 60 (sessenta) meses, no máximo, para sua conclusão, sob pena de anulação dos efeitos desta Lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 06.05.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS

Relator

PROJETO DE LEI Nº 120/91

EMENDA ADITIVA DA C.C.J

Parágrafo Único - Passa a ser:

§ 1º - ...

§ 2º - Deverá a Entidade beneficiada iniciar a construção desta obra, no prazo máximo de 12 (doze) meses a contar da publicação desta Lei.

§ 3º - Cessarão os efeitos desta Lei, se não ocorrer a conclusão do projeto mencionado no prazo máximo de 60 (sessenta) meses, a contar da publicação desta Lei.

Sala das Comissões, em 06.05.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS

Relator

JUSTIFICATIVA:

É altamente meritória a proposta em discussão e análise. Mas tratando-se de bem público, devemos fixar condições mínimas, que nortearão a utilização do imóvel objeto desta doação.

Assim sendo, esta emenda apenas fixa prazos bastante elásticos, que servirão de referência para os objetivos a que se propõe o presente projeto de lei.

Esperamos merecer a aprovação dos companheiros desta Comissão de Constituição e Justiça.

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 120/91

P A R E C E R:

Tendo em vista não só o parecer favorável da Egrégia Comissão de Constituição e Justiça, mas também, e principalmente, os objetivos altamente meritórios do projeto de lei em estudo, não vemos óbices para que o mesmo prossiga sua tramitação normal nesta Casa de Leis.

É o parecer.

Curitiba, segunda, em 14.10.91

Sala das Comissões, em 08.05.91.

(aa) DURVAL AMARAL

Presidente

RAFAEL GRECA DE MACEDO

Relator

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO  
E COLONIZAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 120/91

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Algaci Túlio, retorna a esta Comissão o Projeto de Lei em epígrafe, que objetiva autorizar o Poder Executivo a doar à Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Curitiba, área que especifica, no Município de Curitiba.

Tendo sido cumprida a exigência feita em parecer anterior de autoria desta Comissão verificadas as demais normas legais e constitucionais, nada tenho a opor quanto a tramitação do presente projeto, opinando favoravelmente à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.08.91.

(aa) TOTI COLAÇO

Presidente

COSTENARO NETO

Relator

Em votação.

O DOUTOR ROSINHA (Para encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nós do Partido dos Trabalhadores estivemos analisando o Projeto do Deputado Algaci Túlio e observamos, que a área que o Estado dispõe, no Barigui, é cerca de 190 mil metros quadrados. Uma área extensa que será, se aprovado o Projeto, transferido à Irmandade da Santa Casa.

Justifica o Deputado Algaci Túlio, que no local será construída a Cidade da Fraternidade. Nós entendemos que o Projeto não se encontra claro, não deixa com clareza, a nós parlamentares, o que seria essa Cidade da Fraternidade e como ela funcionaria.

Porque hoje, apesar de ser considerada filantrópica, a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia, tem atuado muito mais no setor privado de atendimento à saúde do que no setor filantrópico, tanto é que os ambulatórios da Irmandade da Santa Casa, hoje, estão praticamente fechados à população carente.

Portanto, entendemos que por falta de um maior aprofundamento da proposta, por falta de deixar claro o que seria esta Cidade da Fraternidade e por ser um extenso terreno que o Estado pode usar, ele mesmo, se assim o desejar, para o atendimento, de acordo como diz a Constituição, às



crianças, ou atendimento aos idosos. ou até mesmo uma política habitacional, é um espaço importante e é uma reserva de terra importante para o Estado do Paraná.

Neste sentido, nós do PT votamos contrário ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Para encaminhar, concedo a palavra ao Senhor Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, o Projeto de Lei nº 120/91 propõe a doação de imóvel à Santa Casa de Misericórdia. Este projeto, na nossa opinião, não deve prosperar tendo em vista que o Estado vem procedendo a um minucioso levantamento e cadastramento de todos os bens e imóveis, na Capital, bem como no interior do Estado do Paraná, para posterior uso segundo suas necessidades e disponibilidades.

Não é conveniente ao Estado, nesta fase, antes que o cadastramento seja concluído, que os imóveis de seu patrimônio sejam dados, ou cedidos sob qualquer forma, sem que antes se verifique sua legislação, ou sua possível utilização pelo próprio Estado.

Tal medida faz-se necessária para evitar o fato comum, ou o proceder, a uma alienação de bens e posteriormente se obrigar a adquirir áreas, ou alugar imóveis para manter, ou instalar órgão de sua administração, como escolas, creches, postos de saúde, agências fazendárias, ou outros tantos...

Outro fato que deve ser considerado é o que se refere a imóveis cuja excedência seja impedida, ou por estarem gravados com cláusula de inalienabilidade, ou por outro impedimento legal qualquer, como por exemplo àqueles havidos por herança jacente, cuja destinação específica a instituições de ensino superior, ou ainda àqueles provenientes de desapropriações ou doações condicionadas a finalidades certas, cuja alienação poderia acarretar um processo de retrocessão do respectivo bem.

Exemplo concreto destas afirmações é quanto ao projeto 120 de autoria do Deputado Algaci Túlio desapropriando ação de áreas para a Santa Casa de Misericórdia. Ainda que pese a boa intenção do autor e a relevância dos objetivos a que se propõe, a iniciativa não deve prosperar, uma vez que o Estado não detém ainda o domínio completo da área, encontrando-se a mesma *sub judice*, e ainda com algumas invasões. Deve-se informar também que após sua requ-

larização, o Estado pretende utilizá-la com instalação de órgãos de sua própria administração.

Portanto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, em que pese entendermos dos mais meritórios a doação deste terreno à Santa Casa, não poderíamos neste momento dar seqüência a este projeto porque não confere com os interesses do Estado. Além do que a área encontra-se com ação judicial, está "sub judice".

Por esta razão entendo que a Assembleia não pode aprovar este projeto.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO - Senhor Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Pela ordem, com a palavra o Senhor Deputado Tadeu Lúcio Machado.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO - Requeiro a Vossa Excelência que proceda a chamada nominal dos Senhores Deputados e faça com que sejam descontados os "jetons" dos Deputados ausentes, visto que a bancada governista esvaziou o Plenário, já que não há necessidade disto porque são maioria na Casa, numa artimanha que deve ser feita pela Oposição, pela minoria.

Portanto, solicito chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Esta Mesa defere e solicita ao Senhor Primeiro Secretário que proceda a chamada nominal dos Senhores Deputados.

(É feita a chamada nominal).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Responderam à chamada vinte e quatro Senhores Deputados.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Eu consulto à Mesa se foi procedida a 2ª chamada?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Senhor Primeiro Secretário procederá a segunda chamada dos Senhores Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (João Arruda) - Procede à segunda chamada.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vinte e seis Senhores Deputados responderam à chamada.

Ao Senhor 1º Secretário para descontar os "jetons" dos Deputados que não estão presentes.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Eu consulto à Mesa para que nos informe, buscando evidentemente subsídios da 1ª Secretaria, para que este Plenário tenha ciência se foram descontadas as faltas do

Deputado Tadeu Lúcio Machado na semana passada, quando ele estava ausente deste Plenário e que não trouxe nenhum benefício para nós da pescaria lá no Mato Grosso.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Se alguém requeresse chamada nominal, naturalmente seriam descontadas, mas como ninguém requereu...

A Presidência tomará as medidas cabíveis.

A SRA. EMÍLIA BELINATI - Pela ordem, Senhor Presidente.

(Assentimento)

Eu gostaria de convidar os nobres Deputados que estão presente nesta Casa, para comparecerem amanhã, às 10 horas, no Plenarinho da Assembléia, quando estaremos ouvindo o Secretário Maurício Fruet, a respeito da regulamentação do artigo 205.

Então, eu convido a todos os Deputados presentes para que se façam presentes amanhã, às 10 horas, no Plenarinho da Assembléia.

Obrigada.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Pela ordem, Senhor Presidente.

(Assentimento)

Senhor Presidente, para registrar com satisfação a presença entre nós do ex-Prefeito de Guarapuava, ex-Deputado Estadual, ex-Deputado Federal, hoje Presidente do PMDB, Nivaldo Passos Krüger, que com sua presença muito orgulho traz a este Parlamento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) -

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 158/91, de autoria do Deputado ALGACI TÚLIO, que proíbe a distribuição, comercialização e a utilização de combustíveis automotivos aos quais tenha sido adicionado o Metanol (álcool metílico). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.E.M.A., C.S.P. e C.O. P.T.C. COM EMENDA DA C.E.M.A., por unanimidade. Encerrada a discussão. (Publ. no D.A. nº 43, de 25/04/91)

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

## PROJETO DE LEI Nº 158/91

PARECER:

O Projeto de Lei em tela, de autoria do Excelentíssimo Senhor Deputado Algaci Túlio, objetiva proibir a comercialização, distribuição e utilização de combustíveis automotivos aos quais tenha sido adicionado o álcool metílico (Metanol).

Ao promover minuciosa análise da proposição, notamos que o escopo da mesma é preservar a saúde dos trabalhadores que possam estar expostos a concentrações de Metanol, além de resguardar um meio am-

Curitiba, segunda, em 14.10.91

biente ecologicamente equilibrado. A Constituição Federal é clara quando incumbe, também aos Estados, a proteção do meio ambiente e o combate à poluição em qualquer de suas formas (Artigo 23, VI). Também reconhece a competência dos Estados para legislar sobre a proteção do meio ambiente (Artigo 24, VI) e responsabilidade por danos ao mesmo (Artigo 24, VIII). Já a Constituição Estadual no seu artigo 207, que o meio ambiente, tem de uso comum e essencial à sadia qualidade de vida, é direito de todos, impondo ao Estado e Municípios o dever de preservá-lo.

Face ao exposto, esta Comissão de Constituição e Justiça dá o seu parecer favorável, opinando pela aprovação da presente iniciativa, nada havendo que possa impedir a sua tramitação processual legislativa, estando a proposição em condições de ser apreciada pelo douto Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15.05.91

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

PLAUTO MIRÔ GUIMARÃES

Relator

## COMISSÃO PERMANENTE DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE

### PROJETO DE LEI Nº 158/91

RELATOR: Deputado Neivo Beraldin

PARECER:

Proposta do Projeto de Lei nº 158/91: proibir a comercialização, distribuição e utilização de combustíveis automotivos aos quais tenha sido adicionado o Metanol (Álcool Metílico - CH<sub>3</sub>-OH).

ANÁLISE: Com base em Documento do TECPAR, de março de 1990, no seu item 6.0 - Toxicidade, podemos afirmar que o Metanol é um produto venenoso e sua manipulação requer medidas de proteção especiais. É um veneno celular que causa lesões em vários órgãos. Se ingerido produz dificuldades de respiração, alterações oculares e em certos casos a morte. O Metanol é altamente inflamável e tóxico. Com base no documento da SEDU - Informação nº 51/90 podemos aprender que o Metanol é um produto altamente nocivo à saúde humana e que a licença para uso do Metanol como combustível foi deliberada pelo Governo Federal (IBAMA) sem que aparelhasse o Estado para monitorar o seu uso. E, principalmente, o Metanol pode ser usado puro como combustível no motor a álcool, com pequenas regulações no carburador e ajuste no avanço de ignição.

O Projeto de Lei não proíbe o uso do metanol puro como combustível.

PARECER: Somos de parecer que o Projeto de Lei nº 158/91, seja emendado através de um substitutivo geral, por parte da

Curitiba, segunda, em 14.10.91

Comissão Permanente de Ecologia e Meio Ambiente, conforme em anexo.

Sala das Comissões, em 05.06.91

(aa) CLEITON KIELSE

Presidente

NEIVO BERALDIN

Relator

PROJETO DE LEI N° 158/91

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DA C.E.M.A.

Art. 1° - É vedada a distribuição, comercialização e a utilização do produto químico Metanol ( $\text{CH}_3\text{-OH}$ ), como combustível para automotores, no Estado do Paraná.

Parágrafo Único - A vedação prevista no "caput" deste artigo aplica-se também a quaisquer combustível automotivo onde tenha sido adicionado Metanol ( $\text{CH}_3\text{-OH}$ ).

Art. 2° - O armazenamento, o transporte e a disposição final sujeitar-se-ão ao prévio licenciamento perante a Autoridade Ambiental Estadual e processar-se-ão de forma e em condições que não constituam perigo para a saúde e bem estar público e nem causem prejuízos ao meio ambiente.

Parágrafo Único - A Autoridade Ambiental Estadual deverá solicitar a cooperação de outros órgãos estaduais, principalmente os responsáveis pela saúde e segurança, quando do traslado destas cargas pelo território paranaense.

Art. 3° - A Autoridade Ambiental Estadual manterá registro de produtores, comerciantes e transportadores ou manipuladores do Metanol ou suas misturas, independente do tipo de uso.

Art. 4° - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 05.06.91

(aa) CLEITON KIELSE

Presidente

NEIVO BERALDIN

Relator

Apoio: Plauto Miró Guimarães, Heinz Herwig, Emília Belinati.

JUSTIFICATIVA:

Louve-se a luta do nobre Deputado Algaci Túlio pela luta em evitar que a sociedade paranaense não tenha que tomar contato com combustíveis em que se tenha adicionado Metanol ( $\text{CH}_3\text{-OH}$ ), e que fique sujeita a perigos e ameaças à sua saúde.

As alterações aqui propostas baseiam-se em muitas das considerações feitas pelo nobre Deputado nas justificativas que tão bem demonstram a nocividade deste produto.

Igualmente o consideramos de alta toxicidade, venenoso, que sua manipulação necessita de proteções especiais, que causa

Pág. 23

lesões, que se ingerido produz dificuldades de respiração, alterações oculares e em certos casos, a morte.

Somente que o substitutivo que apresentamos objetiva:

- dar condições de não uso do Metanol puro, como combustíveis automotor: devido que pode ser usado como tal nos veículos de motor a álcool como evidencia o laudo da TECPAR, em anexo;

- manter a proibição de suas misturas - pois se como combustível automotor puro é nocivo, suas misturas também o são, fato evidenciado pelas justificativas do projeto original.

- determina responsabilidade evidencia que o órgão ambiental deve ser o responsável pelo controle deste agente químico poluidor e nocivo à saúde, exigindo o devido registro pelos usuários, independente do tipo de uso;

- acidentes com o Metanol - ao solicitar controle dos translados, tenta-se evitar que a comunidade se veja frente a possíveis acidentes com estas cargas em território paranaense. Prevenir ao invés de remediar, pois acidentes com cargas, pela precariedade de nossas estradas, não estão longe de acontecer.

O agravamento dado por este Substitutivo Geral demonstra o cuidado que devemos ter com o meio ambiente e com a saúde da população.

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PROJETO DE LEI N° 158/91

PARECER:

O Projeto de Lei em tela, de iniciativa do nobre Deputado Algaci Túlio, enseja suprir a falta de monitorização sobre a distribuição, comercialização e utilização do Metanol e suas misturas como combustível automotivo.

No mérito, o Plano de Lei é louvável e não apresenta nenhum óbice à sua regular tramitação, o que enseja o seu integral acolhimento.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.09.91

(aa) TOTI COLAÇO

Presidente

RENATO ADUR

Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PROJETO DE LEI N° 158/91

RELATOR: Deputado Edson Silva Lino

PARECER:

A Constituição Federal declara em seu Art. 6° que a saúde é um direito social; em seu Art. 196 que é direito de todos e dever do Estado e ainda no seu Art. 197

que cabe ao Poder Público, nos termos da Lei, dispor sua regulamentação, fiscalização e controle.

Documento elaborado pelo TECPAR classifica o Metanol como inflamável e tóxico; Informação nº 51/90 da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, envolvendo a Secretaria de Saúde, da Ciência e da Tecnologia, TECPAR e SUREHMA que o Metanol é altamente nocivo à saúde humana e que a licença para seu uso como combustível foi deliberada pelo Governo Federal sem que se aparelhasse o Estado para monitorar o seu uso.

O objetivo da Emenda Substitutiva Geral do Projeto de Lei nº 158/91, de autoria do nobre Deputado Algaci Túlio, quer suprir a falha da falta de monitorização de um produto relativo à saúde pública.

A Comissão de Saúde Pública, com base nos fatos citados e cumprindo sua função regimentar é de parecer favorável ao presente Plano de Lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20.08.91

(aa) DOMINGOS CARVALHO

Curitiba, segunda, em 14.10.91

Presidente

EDSON SILVA LINO

Relator

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 15, à hora regimental, com a seguinte

# ORDEM DO DIA:

## EM VOTAÇÃO

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 120, 158, 165, 294 e 321/91.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 124/91.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 332 e 333/91 e dos Projetos de Resolução nºs 046 e 052/91.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 358/91.

Levanta-se a sessão.